



REPÚBLICA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XXII — Nº 109

CAPITAL FEDERAL

QUARTA-FEIRA, 6 DE SETEMBRO DE 1967

CONGRESSO NACIONAL

PRESIDÊNCIA

CONVOCAÇÃO DE SESSÃO CONJUNTA PARA APRECIACÃO DE VETOS PRESIDENCIAIS

O Presidente do Senado Federal, no uso de suas atribuições constitucionais e regimentais convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em cumprimento ao disposto no art. 62, § 3º da Constituição, em sessão conjunta da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, às 21 horas e 30 minutos do dia 20 de setembro do ano em curso, no Plenário da Câmara dos Deputados, sob a direção da Mesa do Senado, conhecerem dos vetos apostos pelo Presidente da República aos Projetos de Lei a seguir mencionados:

1º Nº 72-67 na Câmara e nº 62-67 no Senado, que isenta de impostos e taxas federais o aumento de capital, realizado até 31 de dezembro

de 1970, resultante da incorporação de reservas ou lucros suspensos, pelas empresas industriais ou agrícolas localizadas na área de atuação da SUDENE ou SUDAM. (veto total.)

2º nº 4.866-B-62 na Câmara e nº 109-64 no Senado, que cria, na Justiça do Trabalho da 3ª Região, uma Junta de Conciliação e Julgamento, com sede em Montes Claros, Minas Gerais, e das outras providências. (veto parcial.)

3º nº 155-B-67 na Câmara e nº 72-67 no Senado, que acresce de um item o art. 7º da Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1934, que dispõe sobre o imposto de consumo e reorganiza a Diretoria de Rendas Internas, alterado pelo Decreto-lei nº 34, de 18 de novembro de 1936. (veto total.)

ATA DA 126ª SESSÃO EM 5 DE SETEMBRO DE 1967

1.ª Sessão Legislativa Ordinária, da 6.ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DOS SRS. NOGUEIRA DA GAMA E EDMUNDO LEVI

As 14 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena
Flávio Brito
Edmundo Levi
Desiré Guarani
Petrônio Portela
Siegfredo Pacheco
Menezes Pimentel
Wilson Gonçalves
Argemiro de Figueiredo
Pessoa de Queiroz
José Ermírio
José Leite
Aloysio de Carvalho
Antônio Balbino
Carlos Lindemberg
Marcelo de Alencar
Aurélio Vianna
Benedicto Valladares
Nogueira da Gama
Lino de Mattos
Antônio Carlos
Guido Mondin
Nem de Sá.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — A lista de presença acusa o comparecimento de 22 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão. Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE:

(Edmundo Levi) — Em discussão a... (Pausa.)

SENADO FEDERAL

Faço saber que o Senado Federal aprovou e eu, Auro Moura Andrade, Presidente, nos termos do art. 47, nº 16, do Regimento Interno, promulgo a seguinte:

(*) RESOLUÇÃO Nº 59, DE 1937

Aposenta Glória Fernandina Quintela, Diretora PL-1, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

Artigo único. É aposentada de acordo com os artigos 100, item III, § 1º, e 101, item I, alínea a, da Constituição Federal, combinados com os artigos 349, da Resolução nº 6, de 1950 e 1º da Resolução nº 16, de 1963, mais a gratificação adicional a que faz jus, a Diretora PL-1, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, Glória Fernandina Quintela.

Senado Federal, 30 de agosto de 1967.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

(*) Publicada no D.C.N. — Seção II — de 31-8-67 e que se republica por ter saído com incorreção.

O SR. LINO DE MATTOS

Sr. Presidente, peço a palavra para uma retificação.

O SR. PRESIDENTE:

(Edmundo Levi) — Tem a palavra V. Exa.

O SR. LINO DE MATTOS

(Sobre a ata) — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, os discursos improvisados e apartados quase sempre criam dificuldades para os encarregados do resumo da Ata.

Compreende-se. Não vai nenhuma censura na retificação que peço.

Ao me pronunciar, na sessão de ontem, não formulei nenhum protesto e sim uma denúncia à Nação, sobre um fato que me pareceu estranho. O Sr. Presidente da República, conforme a Agência Nacional fez noticiar pela Voz do Brasil, na noite de 31 de agosto de 1967, havia san-

cionado o Projeto de Lei nº 53, de 1967, do Senado Federal.

Todavia, a imprensa credenciada no Palácio da Alvorada recebeu a informação, ontem, quando eu ocupava a tribuna, de que o Senhor Presidente da República recuara e o Projeto de Lei, que havia sido sancionado, passou a ser vetado.

Historiei a tramitação da proposição no Congresso Nacional, afirmando que a mesma havia obtido pareceres favoráveis em todas as comissões técnicas e especializadas, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Inclusive me reportei ao fato importante de que o Sr. Ministro da Fazenda, Sr. Delfim Netto, único ao qual cabia falar sobre a matéria, havia oficialmente, através de telex, anexado ao processo, concordado com a aprovação da matéria. Não formulei um protesto.

Houve, no processo — aqui está o equívoco — uma única firma que dis-

cordou, protestando contra aquela medida. Não protestei contra a firma, a firma é que protestou contra a tramitação do projeto, por discordar do mesmo.

No processo consta o projeto formulado pela firma, devidamente assinado pelo Diretor-Presidente ou por alguém, em nome da firma, discordando do projeto de lei.

Foi tudo o que disse. É a retificação que peço conste da Ata.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — A retificação solicitada pelo nobre Senador Lino de Mattos constará da Ata. Continua em discussão a Ata.

O SR. ALOYSIO CARVALHO:

Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Tem a palavra o nobre Senador Aloysio de Carvalho.

O SR. ALOYSIO CARVALHO:

(Sobre a ata) — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, na ata que acaba de ser lida há, salvo engano, uma referência imprecisa relativamente à questão de ordem levantada, ontem, pelo nobre Senador Lino de Mattos, quanto às mensagens indicando para juizes federais no Estado de São Paulo.

A questão de ordem levantada por S. Exa. refere-se exclusivamente às indicações para São Paulo, afirmando que, das mensagens enviadas pelo Poder Executivo, apenas sete teriam sido apreciadas pelo Senado.

Como está na ata, parece que a questão de ordem se refere a todas as mensagens relativas às nomeações de todos os juizes federais do Brasil. Então, não havia razão para se afir-

mar que apenas sete foram liberadas pelo Senado, quando aprovamos aqui dezinas de nomes para juizes federais e juizes substitutos, nas varias provincias do Pais.

Era a retificação que tinha a fazer.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — A retificação proposta pelo Sr. Senador Alcysio de Carvalho constará da ata.

Continua em discussão. (Pausa.)

Mais nenhum Sr. Senador desejando usar da palavra, encerro a discussão.

Em votação a ata.

Os Srs. Senadores que aprovam quebrem permanecer sentados. — (Pausa.)

Está aprovada.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — O Sr. 1.º Secretário vai proceder a leitura do expediente.

E' lido o seguinte:

EXPEDIENTE
REQUERIMENTO DO PRESIDENTE
DA REPÚBLICA

(Comunicação de veto presidencial)

De 31 de agosto de 1957:

N.º 470-67 (n.º de origem 595-67) — veto ao Projeto de Lei n.º 1.330-C-60, na Câmara e n.º 58-67, no Senado, que concede, pelo prazo de um ano, isenção dos impostos de importação e sobre produtos industrializados, para material destinado a fabricação no país de centrais telefônicas automáticas.

RESPOSTA A PEDIDO DE
INFORMAÇÕES

I — Do Ministro da Fazenda:

Aviso n.º 191 — de 29 de agosto, com referência ao Requerimento numero 208, de 1967, do Sr. Senador Vasconcelos Tôrres;

Aviso n.º 193 — de 29 de agosto, com referência ao Requerimento numero 579, de 1967, do Sr. Senador Vasconcelos Tôrres;

Aviso n.º GB-223 — de 31 de agosto, com referência ao Requerimento n.º 315, de 1967, do Sr. Senador Vasconcelos Tôrres;

Aviso n.º GB-223 — de 31 de agosto, com referência ao Requerimento n.º 99, de 1967, do Sr. Senador Atílio Fontana;

Aviso n.º BR-252 — de 31 de agosto, com referência ao Requerimento n.º 312, de 1967, do Sr. Senador João Abrahão;

Aviso n.º 216 — de 31 de agosto, com referência ao Requerimento numero 568, de 1967, do Sr. Senador Lino de Mattos;

Aviso n.º 224 — de 1.º do corrente, com referência ao Requerimento numero 118, de 1967, do Sr. Senador Carvalho Pinto;

Aviso n.º 237 — de 1.º do corrente, com referência ao Requerimento numero 512, de 1967, do Sr. Senador José Ermirio de Moraes;

Aviso n.º GB-229 — de 1.º do corrente, com referência ao Requerimento n.º 520, de 1967, do Sr. Senador Clovis Maia;

II — Do Ministro da Viação e Obras Públicas:

Aviso n.º 547-GM — de 1.º do corrente, com referência ao Requerimento n.º 385, de 1967, do Sr. Senador Vasconcelos Tôrres;

III — Do Ministro da Justiça:

Aviso n.º G-1943-B — de 1.º do corrente, com referência ao Requerimento n.º 689, de 1967, dos Srs. Senadores Meira de Sá e Mory Braga.

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ALBERTO DE ERITTO PEREIRA

J. B. DE ALMEIDA CARNEIRO

FLORIANO CUIABAS

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional — BRASÍLIA

PARECER

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Paroer n.º 572, de 1967

Redação final do Projeto de Lei do Senado n.º 22, de 1965, emendado pela Câmara dos Deputados.

Relator: Sr. Carlos Lindenberg.

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Lei do Senado n.º 22, de 1965, emendado pela Câmara dos Deputados, que dispõe sobre referência ao título profissional de funcionário público civil da União no caso e pela forma que especifica.

Sala das Sessões, em 5 de setembro de 1967. — Antonio Carlos Presidente. — Carlos Lindenberg, Relator. — João Adrião.

ANEXO AO PARECER N.º 572, DE 1967

Dispõe sobre referência ao título profissional de funcionário público civil da União, no caso e pela forma que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º E' obrigatória referência especial ao respectivo título profissional, no texto do ato de nomeação de funcionário público civil da União, para cargo cujo provimento exija diploma de conclusão de curso superior, bem assim em todos os atos administrativos atinentes à sua vida funcional, observado o disposto no artigo 35 da Lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União).

Art. 2.º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — O expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa comunicação que vai ser lida pelo Sr. 1.º Secretário.

E' lida a seguinte:

COMUNICAÇÃO

Em 5 de setembro de 1967

Senhor Presidente:

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que me ausentarei do País dentro de poucos dias, a fim de, no desempenho de missão com que me distinguiu o Senado, participar da Conferência do Desarmamento, em Genebra e à 11.ª Conferência Geral do Instituto Internacional do Açúcar, em Viena, a se realizarem no corrente mês.

Atenciosas saudações. — Camillo Nogueira da Gama.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — A comunicação lida vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Sobre a mesa requerimentos de informações, que vão ser lidos pelo Sr. 1.º Secretário.

São lidos os seguintes:

Requerimento n.º 764 de 1957

Requeiro à Mesa, nos termos regimentais, sejam solicitadas ao Poder Executivo, através do Ministério dos Transportes, as seguintes informações:

1.º Qual o programa para conclusão das obras da BR 070, no importante trecho entre Brasília e Jaraguá, Goiás, possibilitando o entroncamento com a BR 153 a qual ligando-se à BR 003 em Porto Franco, nos levará a Belém, do Pará?

2.º Quais os planos para terminação do trecho entre Jaraguá e Cuiabá, de grande valor, pois ligará Brasília a BR-334, a Brasília-Acre, que será a verdadeira estrada pan-americana do Brasil por atravessar a região Norte, rica em minerais, madeiras, borracha e outros?

Justificativa

A prática da construção de estradas de rodagem, notadamente após 1945, tem sido reconhecida como fator de grande progresso nacional por possibilitar o escoamento das produções agrícolas, minerais e outras diretamente às fontes consumidoras, numa operação que demanda menos tempo, gastos e dificuldades de toda sorte. Os trechos mencionados no presente requerimento, a nos ver, são de todo importantes por se entrosarem em região brasileira de grande futuro e que, por isso, trarão grande desenvolvimento e renda à nação.

A nova filosofia governamental expressa pelo Senhor Ministro de Transportes, evidencia sinais de empenho e energia para o equacionamento das questões rodoviárias. O Senado, no entanto, carece delas tomar conhecimento para melhor analisar e louvar, se for o caso, as medidas postas em execução pelo Governo. Daí, o presente requerimento.

Sala das Sessões, 5 de setembro de 1967. — José Ermirio de Moraes.

Requerimento n.º 765 de 1967

Requeiro, na forma regimental, sejam solicitadas ao I.B.G.E. as seguintes informações:

1) O plano de pesquisas domiciliares, ora em realização em diversos municípios, sob coordenação do IBGE foi aprovado pelos órgãos técnicos do Instituto? Em caso afirmativo anexar cópia dos pareceres.

2) Foi firmado algum Convênio, em 21.1.66, entre o IBGE, Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica e a USAID-Brasil? Qual a finalidade? Anexar cópia autêntica do convênio.

3) Consta que através da Resolução n.º 888, de 26.10.66, da Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, foi aberto o crédito especial de 200 milhões de cruzeiros, para cobrir as despesas com a implantação das Pesquisas Domiciliares no Brasil;

Pergunta-52:

a) Quais foram as pessoas que participaram dos serviços preparatórios? (Anexar relação nominal, indicando o período de trabalho, especificação do serviço executado e gratificação percebida)

b) Além dos gastos referidos no item anterior, que outras despesas foram pagas com o crédito especial? (Anexar relação das citadas despesas com respectivos comprovantes)

c) O Serviço Econômico e Financeiro do Conselho Nacional de Estatística foi ouvido sobre a abertura do crédito especial? (Em caso afirmativo, anexar cópia do parecer, em caso negativo, por que?)

d) Também foram ignorados de que o Serviço de Estatística da Produção, do Ministério da Agricultura realizou no ano passado, pesquisa destinadas a implantação da técnica de amostragem em seus serviços, nas possíveis a informação, solicitamos o seguintes esclarecimentos:

a) quais as pesquisas efetuadas em que Unidade da Federação?

b) quais os técnicos nacionais que participaram do citado levantamento? (Anexar relação nominal, com remuneração percebida);

c) A IAO participou das referidas trabalhos? (Em caso afirmativo, qual a natureza da participação);

5) O Inquérito Mensal de Edificações está sendo realizado regularmente? (Em caso afirmativo, esclarecer);

d) quais os técnicos nacionais que participam da Comissão encarregada do referido inquérito? (Anexar relação nominal, especificando cargo exercido e remuneração percebida);

b) o referido inquérito está sendo feito com a assistência de pessoal da Administração da Cooperação Internacional do Ponto IV? Em caso afirmativo, por que?

c) Também participam da Comissão de Estudos da Estatística da Construção Civil técnicos da USAID? Em caso afirmativo, por que?

6) Que é o denominado Plano Atlântida, que vem funcionando na Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Estatística, absorvendo atribuições de diversos órgãos integrantes da Diretoria de Levantamentos Estatísticos (Anexar toda documentação existente sobre a criação do citado plano, sua finalidade, seus integrantes, etc.);

7) Para execução do Plano Atlântida o IBGE contratou técnicos do Bureau of Census, dos EE.UU. da América do Norte, da Agência Internacional para o Desenvolvimento (AID), Aliança para o Progresso, da UNESCO e da CEPAL? (Em caso afirmativo, anexar relação nominal dos técnicos referidos, com a respectiva remuneração).

Sala das Sessões, 5 de setembro de 1967. — Senador Aurélio Vianna.

Requerimento n.º 766 de 1967

Sr. Presidente:

Requeiro, na forma Regimental, encaminhado, ao Exmo. Sr. Ministro da Fazenda, o seguinte pedido de informações:

1º — Relação completa, com a especificação de valores em cruzar das importações efetuadas pela firma Siemens do Brasil — Companhia Elétrica — nos anos de 1964, 1965 e 1.º semestre de 1967.

2º — Especificação detalhada dos impostos de importação pagos pela referida firma nos anos mencionados no item 1º.

3º — Relação detalhada das licenças alfandegárias concedidas à firma referida acima nas importações efetivadas nos últimos 10 anos.

Sala das Sessões, 5 de setembro de 1967. — Senador Lino de Mattos.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — O requerimento de informações que acaba de ser lido vai à publicação e,

seguida, terão despachados pela Presidência.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — O Sr. 1º Secretário vai proceder à leitura de requerimento que se acha sobre a mesa.

É lido o seguinte

Requerimento n.º 767 de 1967

Sr. Presidente

Considerando a transcendental importância do IV Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária realizado em Brasília no período de 23 a 30 de julho do corrente ano, sob o patrocínio da Prefeitura do Distrito Federal, com a supervisão do Chefe do Departamento de Águas e Esgotos, o eminente Engenheiro Lucio Gomide Loures e do qual participaram mais de 700 especialistas no campo da aplicação, pesquisa e ensino de Engenharia Sanitária;

Considerando que o conclave em apreço chegou a valiosas conclusões no exame de assuntos relativos à atual situação do saneamento básico da Nação;

Considerando a necessidade do Senado Federal prestigiar o mencionado Congresso com a divulgação oficial das conclusões a que chegaram os seus participantes;

Requeiro, na forma Regimental, a transcrição nos Anais do Senado Federal, do inteiro teor das 63 Recomendações, 8 Resoluções e 3 Moções aprovadas pelo IV Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária.

Sala das Sessões, 5 de abril de 1967. — Senador Lino de Mattos.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — O simples exame do documento cuja transcrição é requerida pelo nobre Senador Lino de Mattos, revela que se enquadra entre os limites previstos no artigo 202 do Regimento do Senado. A matéria será, por isso, incluída a Ordem do Dia da primeira sessão ordinária.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Esta Presidência deferiu hoje os seguintes deferimentos de informações:

N.º 741-67, do Sr. Senador Raul Guberli ao Presidente do Instituto Brasileiro do Café;

N.º 742-67, do Sr. Senador Ney Braga ao Ministro das Minas e Energia;

N.º 743, de 1967, do Sr. Senador Raul Guberli ao Ministro da Agricultura;

N.º 752-67, do Sr. Senador Raul Guberli ao Ministro da Saúde;

N.º 753-67, do Sr. Senador Gilberto Marinho ao Ministro da Educação e Cultura;

N.º 757-67, do Sr. Senador Nogueira da Gama ao Ministro do Trabalho e Previdência Social; e

N.º 758-67, do Sr. Senador José Ermírio de Moraes ao Ministro da Indústria e Comércio.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Acha-se presente o Sr. Marcelo Nunes de Alencar, Suplente convocado para substituir o Sr. Senador Mário Martins durante a licença concedida a esse nobre representante do Estado da Guanabara.

Designo para a Comissão que deverá induzir S. Exa. no plenário, a fim de prestar o compromisso regimental na forma do disposto do art. 6.º do Regimento Interno, os Srs. Senadores Aurélio Vianna, José Ermírio e Adalberto Silva.

Acordado da Comissão, entra no recinto, presta o compromisso regimental e ocupa lugar no recinto, o Sr. Marcelo Nunes de Alencar. (Pádua)

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Sobre a Mesa, comunicação que vai ser lida pelo Sr. 1.º Secretário.

É lida a seguinte:

COMUNICAÇÃO

Em 5 de setembro de 1967.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, à vista do disposto nos arts. 9.º e 72, parágrafo único, do Regimento Interno, que, assumindo o exercício da representação do Estado da Guanabara, em substituição ao Sr. Senador Mário Martins, adotarei o nome parlamentar abaixo consignado e integrarei a bancada do Movimento Democrático Brasileiro.

Atenciosas saudações. — Marcello de Alencar.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — A comunicação lida, surtirá os efeitos regimentais.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — O primeiro orador inscrito é o nobre Senador Lino de Mattos, a quem dou a palavra.

O SR. LINO DE MATTOS

(Não foi revisado pelo orador) — Senhor Presidente, começarei limitando-me a repetir reclamações de colegas parlamentares, de comentaristas da imprensa — escrita, falada e televisada — contra o desinteresse governamental, no que diz respeito a numerosas de nossas principais fontes de produção de riqueza.

Focalizo, nesta oportunidade, a ameaça de destruição da pecuária leiteira em nosso País. No requerimento de informação, lido, na sessão de ontem, que, oportunamente, será examinado por este Plenário, formulei perguntas a propósito da doação de leite em pó, da importação de leite em pó, de doação de produtos de laticínio, de importação de produtos de laticínio. Exatamente objetiva é o quadro completo do montante dessas doações, providas do exterior, bem como da importação por firmas comerciais.

Tomei a providência, Sr. Presidente, porque me causou grande impressão o pronunciamento de um Deputado paulista, o Sr. Nesralla Rubenz, denunciando indústrias que se estão especializando na re-hidratação do leite em pó, para depois, vendê-lo como leite *in natura* isto é, leite provindo das nossas fazendas de pecuária.

Ora, Sr. Presidente, parece óbvio que esta ação criminosa não se faria com o leite em pó produzido no País e, sim, com o leite em pó vindo do exterior, a título de doação, ou mesmo com aquele que é importado por firmas industriais brasileiras.

Com estas palavras tenho para mim que fica, por antecipação, justificado o requerimento de informações a que me referi.

Finalizo, informando aos nobres colegas que a reação das classes pecuaristas em geral no País, mas em particular no meu Estado, São Paulo, está fazendo sentir-se intensamente.

Neste particular, as entidades de classe da pecuária de São Paulo, conforme a imprensa noticia, tomaram a seguinte providência:

(Lê)

“Entidades representativas da agropecuária paulista enviaram ao Presidente Costa e Silva; aos Ministros Delfim Neto, da Fazenda e Hélio Beltrão, do Planejamento; à CACEX e ao Conselho de Política Agrária, telegrama apelando para a imediata execução da Carta de Brasília no que se refere à elevação das tari-

fas de importação para leite e derivados, a fim de evitar o “colapso pecuário e da indústria leiteira”. Pedem o rigoroso controle da importação e da distribuição de derivados doados e frisam que continua entrando no Brasil grande quantidade de derivados e produtos de laticínios, oriundos de países que subvencionam a produção. Assinam o telegrama os Srs. Luis Emanuel Bianchi, Presidente da Federação da Agricultura do Estado de São Paulo; Francisco da Silva Villela, Presidente do Sindicato da Indústria de Laticínios e Produtos Derivados; Salvo Pacheco de Almeida Prado, Presidente da Sociedade Rural Brasileira; os Presidentes da Associação de Criadores Bovinos e dos Sindicatos Rurais de Aracatuba, Tanabi, Areias, Jati, Lorena, Votuporanga, Monte Alto, Cruzeiro, Jales, Taubaté, Batatas, Laranjal Paulista, São José do Rio Preto, Andradina, Moji Mirim, Nova Granada, Dracena, Oswaldo Cruz, Araçatuba, Tembau, Jaboticabal, Ribeirão Preto, São João da Boa Vista, Atibaia, Catanduva, São Manuel, Garça, São Joaquim da Barra e São Roque.

Manifestando-se sobre o assunto, disse o Sr. Francisco da Silva Villela, Presidente do Sindicato da Indústria de Laticínios e Produtos Derivados no Estado de São Paulo, que é imprescindível que o governo atenda ao pedido que o mais urgentemente possível, face aos estoques de derivados de leite, especialmente leite em pó. Sugere mesmo, o Sr. Francisco da Silva Villela, que se probe a importação de leite em pó, lactose, queijos etc., pelo menos até o fim da próxima safra, ou que sejam cumpridos os itens da resolução aprovada pelo recente Congresso Nacional da Agropecuária, ou sejam: 1) elevação das alíquotas sobre o leite e seus derivados a um nível que impossibilite futuras importações; 2) severo controle sobre a importação de leite e derivados de doação; 3) organização urgente de uma promoção adequada em prol de um maior consumo de leite e derivados, sabidamente um dos menores do mundo, no Brasil.

Sugere também que o governo federal adquira parte dos estoques de leite em pó por intermédio da COBAL ou para destiná-la à merenda escolar. Finalizando, disse que pela primeira vez em plena entressafra estão as cooperativas e indústrias de laticínios do Brasil evitando aceitar novos fornecedores de leite, prevendo-se uma situação catastrófica no início da nova safra.”

Era, Sr. Presidente, o que desejava dizer. (Muito bem!)

O SR. JOSÉ ERMÍRIO:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, Srs. Senadores, antes de iniciar meu discurso, desejo congratular-me com dois Ministros do atual Governo.

O primeiro, o Sr. Ministro Edmundo de Macedo Soares, pela sua decisão de defender a industrialização do café-solúvel no País, medida que, certamente, dará nova vida à nossa lavoura cafeeira.

O segundo, o Sr. Ministro Magalhães Pinto, pela sua alta decisão, ignorando a Força Internacional Americana — FIA.

O Sr. Lino de Mattos — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — Pois não.

O Sr. Lino de Mattos — Desejo apenas solidarizar-me com V. Exce-

lência, quanto aos votos de congratulação aos Srs. Ministros da Indústria e Comércio e das Relações Exteriores. O Sr. Ministro Macedo Soares está, realmente, enfrentando batalha difícilíssima, em Londres, no instante em que nossos representantes têm pela frente a incompreensão dos representantes norte-americanos e de outros países, não só com relação ao nosso direito de fabricação e industrialização do café, mas, principalmente, quanto ao problema da nossa quota de café. Congratulo-me, também, com o Sr. Ministro Magalhães Pinto, no particular, referentemente à FIA. Estou de inteiro acordo com V. Exa., neste instante.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — Agradeço o aparte de V. Exa.

São, realmente, dois atos corajosos, que devem ser citados no plenário do Senado.

(Lendo):

Sr. Presidente e Srs. Deputados, a palavra *esperança*, sem dúvida, foi a mais ouvida em todos os recantos do país no dia 15 de março de 1967. Aficrou naturalmente aos lábios do povo, já saturado por uma administração de emergência, cujos resultados desfavoráveis, de modo assustador, o interesse nacional. Daí a convulsão da esperança.

Era a sereia expectativa de um povo açoitado em um oceano de decretos-leis, fabricados em cantos alienados, e postos a público a preço de imposição. Não me refiro a administração anterior pelo desastroso resultado de volver os olhos ao passado. Refiro-me, — e volarei sempre a referir-me, — até que os atos primários que foram cometidos sejam devidamente corrigidos, para que a grande esperança do povo tenha a vitalizá-la o trabalho correção de um governo sério.

Ocupo, hoje, esta tribuna para examinar um pronunciamento que, pela sua importância transcendental, qualifica e abona a atual administração do país. Partiu ele do Chanceler Magalhães Pinto e transporta o propósito de definir, com clareza, a política externa do governo do Ilustre Presidente Costa e Silva. Conferenciou o eminente Chanceler para uma assembleia militar da mais alta categoria, como é a da Escola Superior de Guerra. E fez-o com a tônica da afirmação, compasso há tanto tempo abandonado pela Casa Rio Branco, transformada, como se achava, em erro, condicionado pelo unilateralismo incondicional ou pela timidez de uma diplomacia satélite.

Em verdade, a política exterior do Presidente da República, conhecida pela sua manifestação ao povo em discurso pronunciado no Palácio dos Arcos, teve, agora, de novo, um oração de seu Chanceler, a confirmação dos conceitos que tão grande repercussão alcançaram na opinião pública.

A definição do comportamento dos povos em luta pelo seu desenvolvimento, dada pela importante mensagem, mereceria constar de um pronunciamento latino-americano coletivo, pois ali se repeliu a violência, definindo como a filha legítima dos estados de pobre. O mais interessante, todavia, é que a conceitualização do ilustre chanceler não proveio de um ideólogo da nova ordem esquerdista, nem tampouco da elaboração mental sonhadora dos que raciocinam e deliberam sobre as anotações da cartilha do mundo vermelho.

Resultaram de declinação feita pelo próprio Sr. MacNamara, sob o acento de que “o recurso à violência tende a crescer na proporção em que se agrava a situação econômica do vasto mundo subdesenvolvido.”

E, abordando o problema sob o ângulo estatístico, relembrando MacNa-

mara disse o Ministro Magalhães Pinto:

"No mundo subdesenvolvido, por outro lado, tem sido direta e constante a relação entre a violência e a situação econômica dos países afetados. Analisando 151 conflitos internos desde 1958, assimilei recentemente o Secretário da Defesa dos Estados Unidos que dos países ricos, com renda anual superior a 750 dólares "per capita", apenas um foi atingido pela violência. Entre os demais encontrou, todavia, quadro inteiramente diverso: 87% das Nações muito pobres, 68% das pobres e 48% das remedidas foram palco de conflitos.

Há, pois, um claro propósito emancipador, gerador de riquezas, de harmonia internacional, mas, sobretudo, de independência para que promovamos o nosso próprio progresso. As uniões, hoje em dia, não se afirmam pelo intercâmbio das armas, mas se cristalizaram, sobretudo, pelo intercâmbio da ciência, base do desenvolvimento. As discussões ideológicas vão perdendo consistência na superfície do mundo, para ceder lugar aos debates em torno do progresso cultural e científico.

De a razão principal porque, na assinatura do Chanceler "nesse grande plano de política mundial os problemas tendem a ser mais de descoordenação entre aliados, do que de desacórdio entre adversários".

É tão verdadeira a ameaça que a ela podemos acrescentar: em havendo a coordenação todas a ela aderirão, pois a adversidade deflui exatamente dos desajustes das super-potências, com relação aos povos condenados à pobreza, e, por isso, convulsionados, sempre, por conflitos internos. Retiro da história da conferência do Ministro do Exterior, então, uma frase que bem define o grande perigo dos desníveis identificados: "do são seguras as sociedades cujos cidadãos se sentem igualmente inseguros".

Devo lembrar outro aspecto do discurso do Chanceler e o isso com justa razão. Depois de fazer o discurso que vem desenvolvendo no sentido de buscar recursos e tecnologia, os países ricos de todos os instrumentos de destruição, munições ou instrumentos de caráter humanitário ou econômico, assim como a posição do Brasil nos conflitos exteriores, o Sr. Magalhães Pinto esclarece com propriedade que "a presença da paz através de soluções negociadas e de cooperação para o desenvolvimento constituem o fundamento permanente de nossa política exterior".

Um dos pontos basilares do discurso do Chanceler Magalhães Pinto, pela sua importância nacional, desejo transferir-lo para o meu discurso. É-lo:

"A diplomacia brasileira põe especial ênfase na obtenção de colaboração externa para a nuclearização pacífica do país. A nossa condição profunda é a de que o Brasil não pode perder a revolução do átomo, sob pena de não superarmos jamais o subdesenvolvimento em que nos encontramos, que não é apenas econômico mas sobretudo científico e tecnológico. Por isso mesmo, vamos defendendo com firmeza o nosso direito ao plano de desenvolvimento, por essa perspectiva, de todas as aplicações civis da energia atômica, inclusive o direito à fabricação de elementos nucleares para fins pacíficos, para grandes obras de engenharia geográfica ou de prospecção e mineração. Resumamos o armamento nuclear, nos termos do Tratado do México, pois pacífica é a nossa tradição e a nossa vocação internacional. Mas

não renunciaremos, nem poderíamos jamais renunciar, ao que certamente virá a constituir o principal instrumento tecnológico do desenvolvimento.

Faz-lo equivaler talvez a comprometer o futuro desse grande país. Esta posição assumida com determinação, sem embaçamento, sem qualquer comprometimento nem no âmbito da nossa condição de nação na esfera mundial, nem na esfera da ciência e tecnologia, e em relação a uma tecnologia e programa de desenvolvimento de desenvolvimento pacífico do Brasil. Ora, nossas mãos firmes, a presença de paz, não seria possível sem o domínio da tecnologia do átomo, sem uma intensa participação na revolução científica, cujo campo é a no aproveitamento civil da energia nuclear. O exemplo que colocamos na defesa do nosso direito à liberdade nuclearização pacífica, é legítimo, sério e bem prevenções.

Prova-o o estágio de desenvolvimento para estimular o diálogo, através de entendimentos com a França, com Israel e com os Estados Unidos da América. A nossa atitude busca a colaboração internacional, que é desejável e constitui, quando amada e incondicional, a forma mais válida de desestímulo a proliferação nuclear bélica."

Como vêem os Senhores Senadores, não poderia ser mais feliz e objetivo o Ministro das Relações Exteriores. Fui, então, Senhor Presidente e Senhores Senadores, as observações que pretendia fazer a propósito do discurso do Chanceler Magalhães Pinto, que, com o apoio do sistema político e da segurança nacional, repõe o nosso país no caminho certo. Para a Deus, que limita política tão para, plena de brasilidade, não seja sufocada pelos tentáculos da ingerência internacional, que, como todos sabem, é largamente financiada pelos aprovadores de nossas riquezas.

Sr. Presidente e Sr. Senadores, no dia 4 de março do ano passado, fiz um discurso, aqui, sobre energia nuclear. Na ocasião citei que se podia iniciar um questionário para vendê-lo a nove cruzeiros e cem centavos, baseado em energia nuclear. Hoje, no câmbio novo, a venda ficaria em onze cruzeiros. Se este País, que possui tório e urânio, não tem condições de realizar um programa útil à Nação, então nada estamos fazendo aqui; é prosseguir como colônia, que jamais deixaremos de ser. O ponto crítico da Nação é a industrialização dos nossos minérios nucleares e, imediatamente, partir para usinas atômicas em vários pontos do País — no Nordeste, no Rio Grande do Sul e no centro do Brasil. É importante iniciarmos já. Isto pode custar algum dinheiro, mas é sacrifício bem aplicado a que devemos submeter. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE:

(Noqueira da Graça) — Tem a palavra o nobre Senador Cattete Pinheiro, em penúltimo com o nobre Senador Edmundo Ival.

O SR. CATTETE PINHEIRO:

(Lê o seguinte discurso) — Senhor Presidente, Sr. Senadores, o Governo brasileiro vai crescerem, no plano interno, dificuldades de ordem política e social, cedo ou tarde poderão surgir as maiores insurreições, apertando soluções que o espírito democrático impõe.

Acredito — após meditar seriamente sobre a conjuntura nacional — que esta é a hora, não de união, mas de compreensão geral. Governo e oposição, nesses dias de incertezas, devem

encontrar uma faixa mínima de compreensão e tolerância, rejeitando — de um lado — os métodos repressivos e — de outro — os movimentos provocadores. Não posso, senão que o Governo ou a oposição abandonem suas respectivas posições. Proposito, finalmente, que esteja no plano interno, a reunião de líderes desta etapa em que está em jogo, no plano internacional, o prestígio do Brasil.

Entretanto, os estratagemas da política interna — e não a necessidade de preservação da ordem, levando-se em conta os compromissos — deverão encontrar um ponto de equilíbrio de equilíbrio temporária e honesta, pois o País não pode perder as três grandes batalhas em que se empenha no plano internacional:

1 — a luta pelo direito pacífico da energia nuclear;

2 — o esforço pela sobrevivência como exportador de café solúvel e algodão, como principal exportador de café;

3 — a luta para conciliar os interesses dos países latino-americanos, na Associação Latino-Americana de Livre Comércio.

O Sr. Lino de Mattos — Permissão V. Exa. um aparte?

O SR. CATTETE PINHEIRO — Com muito prazer.

O Sr. Lino de Mattos — Desejo manifestar a V. Exa., nobre Senador Cattete Pinheiro, o inteiro apoio à parte inicial, que acabamos de ouvir, do relatório pronunciamento de Vossa Exa. Foi um convencimento de que este pronunciamento, através deste meu aparte, interpreta também a posição do Movimento Democrático Brasileiro. Entendemos que a hora é de compreensão. Não é, como diz V. Exa., ciência com muito acerto, de união nacional, mas de compreensão para a luta em defesa da solução dos problemas nacionais. V. Exa. focaliza três desses importantes problemas com os quais nós, através dos líderes principais da nossa organização, nos mobilizamos em favor desta terra. Assim, tem V. Exa., de início, a noção de solidariedade. Não repito, estimo de pleno acordo em que realmente, a hora é de compreensão.

O SR. CATTETE PINHEIRO — Certo pelo honroso aparte de Vossa Exa.

(Lendo):

Nestes três pontos está dividida a atenção do Governo do Marechal Costa e Silva, que, evidentemente, necessita de calma interna, de coesão dos líderes brasileiros, a fim de que o Brasil possa obter êxito. Procurarei, nesta desprestigiada oração, examinar essas questões fundamentais.

O ingresso da Nação na Idade Nuclear, de início, deve ter, dentro da própria cúpula administrativa, unidade de pontos de vista. Conviém, portanto, que o Presidente Costa e Silva — ele próprio — dirija o assunto, a fim de evitar possíveis mal-entendidos entre ministros ou embaixadores. Isso trará o benefício de que o comportamento do Embaixador Sette Câmara, por exemplo, não possa ser interpretado como conflitante com as atitudes do Embaixador Sérgio Corrêa da Costa. Deixará fora de discussão ou especulações, hipóteses divergências entre as Pastas de Relações Exteriores e das Minas e Energia. O comando único do Presidente da República deixaria importante selo psicológico interno e externo, principalmente sobre questões fundamentais que podem obstar a ação principal.

A oração do atual Governo, pelo ingresso do Brasil no Clube Atômico, é pacífica, sob todos os aspectos. Demonstra que o Presidente Costa e Silva tem consciência de que a energia nuclear, nos dias que correm, é a mais poderosa alavanca a serviço

do desenvolvimento econômico, partindo seguro para a meta de seu Governo de "colocar a serviço da melhoria das condições de vida do povo as forças portentosas que se concentram no átomo".

Mas, para incrementar definitivamente na Era Atômica, o Brasil vem encontrando a resistência total dos países mais poderosos. O acordo de não proliferação das armas nucleares é o maior obstáculo que as chamadas super-potências lançam contra os países em desenvolvimento. Representa, por isso mesmo, o principal desafio ao Brasil, ainda mais porque os países ricos, um após outro, foram aderindo.

Na política das super-potências, o Brasil encontra o apoio do atual Governo, no sentido de que os nossos homens de ciência reflitam ao País. Mas, lá fora, os cientistas em alguns momentos que, neste momento, estão se preparando para não voltar à sua cooperação neste esforço científico. Ainda, a volta será muito cara ao não corre, há pouca ou nenhuma batalha firme, decidida, das lideranças nacionais em todos os setores.

As publicações internacionais têm anunciado que o Brasil só poderá escapar de centrais núcleo-elétricas, a partir de 1975. Quando isso não represente menosprezo a um país de território tão vasto e de recursos minerais tão importantes, significa nossa fraqueza científica e tecnológica. Por isso mesmo, é porfia que precisa ser enfrentada.

Tenho a certeza de que, ao decidir pelo ingresso do Brasil "no quadro da Revolução Científica e Tecnológica" o Governo atual demonstrou a quantos podiam ter qualquer dúvida, sua disposição de engajar-se "num programa racional e ousado de promoção da pesquisa e das aplicações práticas da ciência".

Acertou mais que o Governo apenas afirmou decididamente que a nuclearização do Brasil é problema que precisa ser solucionado com urgência, pela sua importância política e econômica. Assim sendo, o País poderá esperar colaboração externa, se, internamente, não está decidido ou as questões políticas dificultam as negociações lá fora.

O Sr. Aurélio Vianna — Permissão V. Exa. um aparte?

O SR. CATTETE PINHEIRO — Pois não.

O Sr. Aurélio Vianna — O problema de ordem interna, o problema político, de algum modo não impede que as oposições brasileiras apoiem o Governo na sua luta para que, com independência, possa realizar a política a que se propõe no campo do aproveitamento da energia atômica para fins pacíficos.

Não podemos é abdicar daquele direito — e não o que V. Exa. propõe, mas para melhor esclarecer o nosso pensamento — de fazer oposição ao Governo atual, toda vez que se recusa a adotar algumas teses que são fundamentais para a pacificação do povo político deste País. A luta da eleição direta — por exemplo — é uma delas; a questão das sublegendas é outra; a questão da anistia é problema muito sério; a garantia para aqueles que voltam do exterior, sob promessa de que não seriam castigados nem molestados e, em algum momento, são até presos, como vem acontecendo. Então, quem vai ditar, de algum modo, a conduta e o comportamento dos que fazem oposição ao Governo é o próprio Governo, através de medidas positivas e de aliança social, político e econômica. A questão, por exemplo, que hoje se debate o País assalariado, não pode deixar de ser apoiada pelo Governo. Quem estuda Logística sabe que não há fonte, não há linha poderosa sem o apoio de uma salvaguarda interna poderosa. O que estamos verificando é que a Nação, que vive de salvação, não suplantará a alta do comércio.

vida. Há necessidade de medidas positivas no sentido de pacificá-la. Louvo o discurso de V. Ex.^a, que é um chamamento ao debate para questões fundamentais. Mas reafirmo o que já foi dito, outras palavras, pelo Senador Lino de Mattos: é do nosso programa defender a soberania deste País no campo internacional. E, toda vez que o Governo tomar uma medida positiva que venha ao encontro das aspirações nacionais, seria uma loucura, uma falta de senso da nossa parte não concorrermos para que essas medidas se tornem efetivas.

O Sr. Aloysio de Carvalho — Permite-me o nobre orador, um aparte?

O SR. CATTETE PINHEIRO — Com muito prazer, nobre Senador Aloysio de Carvalho.

O Sr. Aloysio de Carvalho — O aparte é apenas para um adendo à declaração, que acabamos de ouvir, do Senador Aurélio Vianna. Eu daria, como fecho a essa declaração, a seguinte conclusão: até porque o Governo do País só poderá aparecer, no plano internacional, prestigiado, no seu propósito declarado, se puder ser uma expressão da unanimidade nacional.

O SR. CATTETE PINHEIRO — Os apartes que o Plenário acabou de ouvir, vindos de palavras autorizadas como vieram, enriquecendo, como vêm enriquecer, o modesto pronunciamento a que me propus, trazem, no entanto, valor de eu poder sentir que, em tese, os nossos pensamentos se identificam.

(Retornando a leitura)

Relativamente ao café solúvel, o perigo que ameaça o Brasil exigia a posição que adotamos em Londres no interesse nacional. No entanto, a Conferência Internacional do Café mostrou, de forma clara, o conflito comercial e por que não dizer, econômico, entre o primeiro produtor e o mais importante comprador de café. Ainda ontem, em artigo publicado na imprensa, o economista Theofilo Andrade, assim se expressa:

"O Ministro Edmundo de Mello Soares, apesar de fazer-se otimista, voltou de Londres mais pessimista do que seria de esperar. E' que viu, ali, como se encontra o Brasil amarrado e quase reduzido à impotência, pelas próprias algemas que para si forjou, no Convênio Internacional do Café. A nossa posição é de feroz aquada entre os concorrentes de um lado, e os representantes dos países consumidores, de outro. Estamos sendo vítimas de erros que remontam à própria negociação daquele instrumento, e cujos resultados são o nosso afastamento dos mercados de consumo."

Bastam esses tópicos da análise de Theofilo de Andrade para mostrar as dificuldades que o Brasil enfrenta, no campo das exportações.

Essé episódio de Londres nos mostra terrível dilema: procurar novos e importantes mercados para o nosso café, ou enfrentar a séria crise econômica que no momento. Em Londres, o Brasil está jogando cartada decisiva ao desenvolvimento econômico. E' um desafio extremo ao Governo do Marechal Costa e Silva; é desafio maior, ainda, ao Brasil, que tem de reunir suas forças para essa batalha.

O Sr. Lino de Mattos — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. CATTETE PINHEIRO — Pois não.

O Sr. Lino de Mattos — Perdoo-me V. Ex.^a a interrupção ao brilhante pronunciamento que está fazendo. Considero, realmente, de importância transcendental o problema do café. A imprensa está dando um destaque injustificado ao café solúvel, como se o impacto criado, em Londres, se limitasse exclusivamente a este problema. Muito mais grave do que o

problema do café solúvel é das quotas mundiais de importação de café. A luta que se trava entre a nossa representação, a americana e de outras nações é sobre um aumento imenso da quota mundial para importação que elas pleiteiam a fim de forçar, mais uma vez a baixa do preço do café. Desejam que a quota brasileira seja proporcionalmente reduzida. Infelizmente, por erros de governos anteriores, não conseguimos, em anos sucessivos, completar a nossa quota de exportação, que é da ordem de 18 milhões de sacas. Houve um ano em que exportamos apenas 11 milhões, faltando 7 milhões para completar a nossa quota. Em outro ano exportamos um pouco mais. A realidade, porém, é que houve uma falha por parte do Brasil, quanto ao uso da nossa quota. Querem o aumento geral da quota mundial de importação para, dentro de uma proporcionalidade que desejam estabelecer, forçar o Brasil a reduzir ainda mais sua quota de exportação. Isso é de uma gravidade imensa porque, repito uma vez mais, a grande fonte de fornecimento de divisas ainda é o café brasileiro.

O SR. CATTETE PINHEIRO — Vem V. Ex.^a tornar mais enfática a idéia que extrai do artigo do economista Theofilo de Andrade, a que me referi, e que trouxe para os Anais do Senado na citação que fiz.

Certo, Senador Lino de Mattos, o que V. Ex.^a tão enfaticamente destacou: o Brasil ainda depende do café.

(Retornando a leitura)

Quanto à Associação Latino Americana de Livre Comércio, o trabalho do Brasil, como sempre tem sido, foi tentar reunir os interesses da América Latina, de harmonizá-los, a fim de que seja conseguida a conciliação dos países subdesenvolvidos do hemisfério.

O Chanceler Magalhães Pinto, na Conferência que acaba de encerrar-se, comportou-se à altura da nossa missão histórica. Sua ação, à frente da delegação brasileira objetivou evitar que a ALALC fosse destruída por interesses sub-regionais, estimulados por aqueles que nela enxergam um perigo sério. O impasse surgiu com o grupo majoritário procurando impedir providências excepcionais, mesmo que elas atendam os países mais subdesenvolvidos (Equador, Bolívia, Paraguai e Uruguai), não deve ser entendido como ponto de crise e desagregação. Pelo contrário, os países latino-americanos estão ganhando consciência do presente, visão do futuro e do papel que deverão desempenhar. No Encontro da Capital Paraguaia não se pediu a renúncia de cada qual em pontos fundamentais. Nossa Delegação insistiu em que é imprescindível que cada um cada um pouco, em benefício comum.

Embora não tenha apresentado o resultado que todos desejávamos, a Conferência de Assunção, não traduziu fracasso. Terminou sem que fosse alcançado acordo sobre o problema da redução automática de tarifas. Seria isso insucesso? O nosso Chanceler desautoriza essa conclusão e assegura que não se esboçou o sonho de fusão da ALALC e do Mercado Comum Centro-Americano, no Mercado Comum Latino-Americano. O episódio de Assunção deve, assim, ser encarado como degrau para a vitória final que é a integração latino-americana.

Evidentemente, o resultado da Conferência da Capital Paraguaia, talvez decorra de tratamento inadequado de delicadas e difíceis questões, que exigem de nossa diplomacia esforço contínuo.

Ao Brasil, a ALALC deve constituir problema capital. E acredito, como o Chanceler Magalhães Pinto, que o alegado insucesso de Assunção não se confirme. Mas para tanto, é necessário haver decisão para enfrentar o

problema que não é apenas nosso, mas de toda América Latina.

O Governo Costa e Silva, Senhor Presidente, está tomando providências acertadas e que reclamam a colaboração geral. Não sei como será encarado o apelo de trégua na luta interna, que estou sugerindo. No meu entendimento, porém, penso que o Governo poderia fazer uma convocação em benefício do Brasil. A oposição ajudaria muito o Brasil se participasse da luta pelo desenvolvimento.

E' o momento do retorno de todos às atividades produtivas em favor do bem comum. Por que não voltar-se, agora, essa arrancada?

Repelindo palavras do Sr. Presidente da República, reafirmarei, concluindo: — "não há lugar para desacórdio quanto aos objetivos de engrandecimento nacional e de plena realização das potencialidades do homem brasileiro."

Era o que tinha a dizer. (Muito bem; muito bem. Palmas).

O SR. PRESIDENTE:

(Edmundo Levi) — Tem a palavra o Sr. Senador Aurélio Vianna. (Pausa).

S. Ex.^a não está presente.

Tem a palavra o Sr. Senador Desiré Guarani.

O SR. DESIRÉ GUARANI:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, Srs. Senadores nas várias ocasiões em que nos temos pronunciado sobre a Zona Franca de Manaus, já destacamos que foi a ação perseverante de um Ministro de Estado, justamente aquele que tem sob a sua direção os vários órgãos de desenvolvimento da Amazônia, que permitiu permanecer de pé a legislação que de vários e ora inclusive de alguns da própria administração pública federal.

Refiro-me ao Ministro Albuquerque Lima, da Pasta do Interior. Foi a ação decisiva de S. Ex.^a, indiscutivelmente, o fator de manutenção de todas as providências adotadas nos governos anteriores, no sentido do funcionamento completo da Zona Franca de Manaus. Ainda em decorrência do apelo de S. Ex.^a, e que já está regulamentada, o que constitui uma das dificuldades para o plano funcionamento daquela entidade na região amazônica.

De fato o Diário Oficial de 30 de agosto último publicou o Decreto número 61.244, de 28 do mesmo mês, que regulamenta a Zona Franca de Manaus.

E foi reconhecendo o esforço que o Ministro do Interior tem desenvolvido a favor da Amazônia, especialmente naquela zona, que o Deputado João Bosco, do MDB do Amazonas apresentou à Assembleia Legislativa projeto de lei já aprovado, concedendo o título de cidadão benemérito do Amazonas ao Ministro Albuquerque Lima. Título este já entregue a S. Ex.^a, em solenidade pública na Assembleia Legislativa, no dia 30 de agosto, exatamente na data em que saiu publicada a regulamentação da Zona Franca de Manaus. Foi uma verdadeira festa cívica em Manaus demonstrava publicamente, o reconhecimento do povo de toda aquela área a um cidadão que, indiscutivelmente, muito tem feito no sentido de que a nacionalidade brasileira tome consciência do problema amazônico, conforme repetidas declarações de S. Ex.^a.

Esta meta atingida é decorrente não só da atitude e das providências do Ministério do Interior, pois consta do plano estratégico de desenvolvimento do atual Governo as páginas 40, que "entre os planos especiais está o importante projeto de implantação da Zona Franca de Manaus, que deverá ter largos reflexos na economia regional.

E' bem verdade que — já que estamos falando do plano estratégico — o Ministro do Interior não tem ganhado todas as batalhas que enfrenta em favor da Amazônia. Falo em batalha porque S. Ex.^a, é militar, é general; a SUDAM é superintendida por um coronel, a Zona Franca de Manaus é superintendida por um coronel, que tem a auxiliá-lo um general e os órgãos de desenvolvimento da Amazônia estão entregues direta ou indiretamente, à direção de oficiais do Exército. Portanto, a aplicação do termo *batalha* se ajusta perfeitamente à tarefa que esses homens públicos vêm desenvolvendo na Amazônia. E algumas batalhas o Sr. Ministro do Interior tem perdido, como aquela das dotações orçamentárias, cujo resultado infelizmente, foi desastroso para a Amazônia.

O Sr. Lino de Mattos — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. DESIRÉ GUARANI — Pois não.

O Sr. Lino de Mattos — Refere-se V. Ex.^a à batalha orçamentária relativa ao ano em curso?

O SR. DESIRÉ GUARANI — Trata-se do projeto para o orçamento de 1968.

O Sr. Lino de Mattos — Batalha travada na área do Poder Executivo?

O SR. DESIRÉ GUARANI — Sim, na área do Executivo, onde o Ministério do Interior foi derrotado. A legislação estabeleceu, como mínimo para atender ao plano de desenvolvimento da Amazônia, três por cento da receita tributária, o que correspondia, para o orçamento de 1968, a trezentos milhões de cruzzeiros novos, ou trezentos bilhões de cruzzeiros antigos. Estando a previsão da receita orçária em dez trilhões de cruzzeiros antigos, três por cento — dois para a SUDAM e um por cento para o Banco da Amazônia — correspondem ao mínimo de trezentos bilhões de cruzzeiros antigos. No entanto, a proposta orçamentária para 1968, constata, para toda a Amazônia, através do seu órgão específico, que é a SUDAM, a importância de noventa e nove milhões, oitenta e um mil e duzentos e vinte e cinco cruzzeiros novos, inferior a um terço do que é devido, pela Lei nº 5.173, arts. 2 e 3 não me enganar.

Esta derrota possui aspectos mais dramáticos ao verificarmos que, para cobrir o déficit orçamentário do setor ferroviário, além da economia nacional que atende a uma área bem menor da Amazônia, uma vez que, especificamente, se dirige ao sul, a proposta orçamentária para 1968, consigna a dotação de trezentos e dezesseis milhões, cento e doze mil cruzzeiros novos, três vezes aquilo que é para a Amazônia.

Enquanto a dotação para a Amazônia se destina a programa de desenvolvimento econômico, de colonização e de segurança nacional, conforme as próprias manifestações do Governo, é de 316 milhões de cruzzeiros novos para a Rede Ferroviária Federal S. A. e destinam a cobrir um déficit operacional dessa empresa. E' apenas para isso; e recebe um nome impressionante. Está consignado no Orçamento como "Operação do sistema ferroviário", o que não deixa de ser significativo, mas, na realidade, se destina a cobrir déficit de um setor.

Então, enquanto o Governo dirige uma massa de recursos para cobrir déficits do sistema ferroviário, nega dotação orçamentária para que o desenvolvimento da Amazônia se efetive naquele mínimo que a própria lei estabelece, que é de 3% da arrecadação tributária.

O Sr. Lino de Mattos — A realidade é que a chamada pressão militar, que funcionou muitas vezes depois de 1964, e ainda recentemente no caso

do jornalista Hélio Fernandes, não funcionou no caso das verbas para a Amazônia. E é de se estranhar, porque o Ministro da Pasta que corresponde à matéria é um militar, um general do Exército brasileiro.

O SR. DESIRÉ GUARANY — V. Exa. ressaltou muito bem. E é com tristeza que verificamos que essa batalha, que no setor amazônico está sendo toda ela dirigida por valorosos militares — coronéis e generais — em vários setores foi perdida diante da pressão do poder econômico dentro do próprio Governo, uma vez que outros setores de natureza mais forte, dentro da economia nacional, não ficaram tão desfalcados quanto a Amazônia em si.

O Sr. José Ermírio — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. DESIRÉ GUARANY — Com toda satisfação, Senador José Ermírio.

O Sr. José Ermírio — O interessante é que, para cobrir um déficit por má administração, exista dinheiro três vezes superior ao que está dado para a região amazônica, que, conforme tenho dito, inúmeras vezes, neste plenário, será no futuro, a grande região do Brasil. E, na realidade uma região que trará ao País a sua independência econômica.

O SR. DESIRÉ GUARANY — Agradeço o aparte de V. Exa. e acredito que, realmente, a Amazônia terá as suas necessidades muito em breve plenamente atendidas.

Não negamos nem deixamos de reconhecer que é este o objetivo do Ministro Albuquerque Lima. Hoje ainda, em reunião da Comissão de Organização da Câmara Federal, S. Excelência declarou que, para o próximo exercício, não permitirá que as dotações orçamentárias sejam reduzidas, embora nada tenha declarado com referência à retificação da proposta orçamentária para 68, uma vez que pelos dispositivos constitucionais somente o Executivo pode tomar a iniciativa para retificá-la, reajustando as necessidades às condições mínimas estabelecidas por lei, que são de 3%, para o desenvolvimento da Amazônia.

Como todo governo costuma culpar os anteriores pelas dificuldades que ocorrem, no atual, ao que parece, isso também vem acontecendo, embora a posse se tenha dado a 15 de março e a proposta orçamentária seja de julho, estando, portanto, a nosso ver, o Executivo inteiramente capacitado, durante esse período, para apresentar uma proposta orçamentária da sua exclusiva responsabilidade, sem culpar nenhuma administração anterior.

Se dificuldades ocorrem e impossibilidades existem de atender plenamente às necessidades de determinadas áreas, como a Amazônia, cumprindo dispositivo de lei que estabelece dotações mínimas para o orçamento respectivo, isso decorre simplesmente, no nosso entender, do atual Governo, dentro da sua própria administração, uma vez que o orçamento foi elaborado pela equipe do Governo que está dirigindo os destinos desta Nação atualmente.

Não resta dúvida de que a atuação do Ministro Albuquerque Lima tem sido significativa em favor da Amazônia e foi expressivo com relação à Zona Franca de Manaus.

Com relação a essa entidade, indistintamente, a posição de S. Excelência fez com que fossem rebatidas todas as pretensões de modificação da legislação da Zona Franca de Manaus e do impedimento de sua plena execução.

Em reconhecimento desse seu apoio, a Assembleia Legislativa do Amazonas, em 30 de agosto, lhe con-

feriu, em solenidade pública, o título de Cidadão Honorário do Amazonas.

O Sr. João Abrahão — V. Excelência permite um aparte?

O SR. DESIRÉ GUARANY — Pois não.

O Sr. João Abrahão — Quero cumprimentar V. Exa. pelo seu pronunciamento, quando defende os interesses da Região Amazônica. Estive em Belém, na semana passada, com o propósito e o objetivo único de conhecer, *in loco*, aquela região, que causa hoje, no Senado da República, tanto debate e despesa tanta cobiça internacional. Acho que V. Exa. tem toda a razão no seu pronunciamento, pelo que apresento a V. Exa. a minha inteira solidariedade. Pretendo, possivelmente amanhã ou ainda no decorrer desta semana, fazer pronunciamento em defesa da atenuação de suas necessidades, defendendo a Amazônia está defendendo um recanto ou uma parte de nosso território, mas sim o nosso País. Ali estão as nossas maiores riquezas e, sem dúvida alguma, ali está o futuro da Pátria, dependendo apenas do atendimento de suas necessidades, dependendo apenas de que o Governo ofereça condições à sua expansão, acima de tudo para que possa a Amazônia explorar as próprias riquezas e, conseqüentemente, explorar as riquezas de nossa Pátria. Congratulo-me mais uma vez, com V. Exa. pelo brilhante discurso que pronuncia no Senado da República.

O SR. DESIRÉ GUARANY — Agradeço, sensibilizado, o aparte de V. Exa. que, enriquecendo o nosso pronunciamento, focaliza o aspecto de que, ao defendermos a Amazônia, não estaremos defendendo uma região, mas todo o País, todo o Brasil. Mesmo porque, segundo proclamou um profundo estudioso dos problemas amazônicos, o Professor Samuel Bechimol, não é a Amazônia que pertence ao Brasil, e sim o Brasil pertence à Amazônia, em virtude da sua posição geográfica e da extensão territorial de toda essa região.

Então, desejamos dar conhecimento à Casa da manifestação unânime da Assembleia Legislativa do Amazonas, aprovando o projeto de lei de iniciativa do Deputado João Bosco, pelo qual foi concedido o título de Cidadão Honorário do Amazonas ao Ministro Albuquerque Lima.

Encaminharei à Taquigrafia o texto dos discursos que foram pronunciados, naquela solenidade, pelo autor do projeto-de-lei, Deputado João Bosco, em nome do MDB, o do Ministro Albuquerque Lima, e ainda o do Senhor Danilo Azeite, Governador do Estado, presente à cerimônia.

Mas, antes de encaminhá-lo, desejo destacar duas partes: uma, do discurso do Deputado João Bosco, realmente pronunciamento empolgante e verdadeiro hino de fé nas possibilidades da Amazônia e na disposição de o povo amazonense aproveitar os incentivos fiscais que o Governo federal tem ampliado e o Parlamento tem concedido, através das várias medidas legislativas que saem, aprovadas pela Câmara e por esta Casa. E, a seguinte a parte — justamente a final — do pronunciamento do Deputado João Bosco que me permito ler:

Referindo-se ao Ministro Albuquerque Lima: (Lê):

(Lendo):

"Não vim aqui reduzido pelas lendas, em busca da sedução de um curioso, ou para justificar o cumprimento de um mero dever de tomar conhecimentos dos múltiplos problemas da região. Não. Vim ao Amazonas para servi-lo como tem feito; para amá-lo como tem revelado, para torná-lo um valioso e triunfante defen-

sor dos nossos direitos como está a positivar sua decisiva e resoluta atuação no episódio da Zona Franca, que todos conhecemos e aplaudimos, com tanto e tão justificado entusiasmo. A cerimônia de hoje é a ratificação pública daquilo que lhe vai na alma e no coração, daquilo que brota da sua energia, ao vigor de seu impulso de brasileiro que ama e serve ao Brasil onde ele se faz mais digno da sua dedicação, que ama e serve ao Brasil e a ele se escraviza pela paixão onde reclamada mais se torna a sua presença e a sua força, no imperativo vigoroso e invencível da sua formação patriótica do mais alto gabarito. Para nós, o ato de rendermos a Vossa Excelência essa tão espontânea e tão merecida homenagem, ao fazê-lo "Cidadão Benemérito do Amazonas", significa, enriquecermos moralmente, mais valorizar o nosso patrimônio humano.

Peço-lhe, neste momento, Excelência, que jamais se esqueça de que, há alguns quilômetros desta cidade, distante das luzes, do fausto desta Casa, está o homem do interior amazônico que vive, na expressão do poeta caboco, "cada um deles a lembrar Jesus: sem lar, sem pão, sem amor e sem luz".

E' em nome desse homem que, de pé, a sombra inóspita da seringueira ou no lamaçal dos igapós, vergado as vezes pelo peso dos espinheais ou pelo aturda dos ouricos, seja esse homem, Senhor Ministro, a principal das preocupações patrióticas de Vossa Excelência."

E, no discurso pronunciado pelo Ministro Albuquerque Lima destaco o seguinte:

(Lendo):

O papel do Governo foi cumprido, resta agora ao Governo do Estado, aos políticos e aos empresários em geral, aproveitarem-se dos incentivos para o estabelecimento de um comércio ativo e honesto, da montagem de indústrias e fábricas para aproveitamento do enorme potencial em recursos naturais que a Amazônia possui, tudo, porém, com o mais alevantado espírito, no sentido de melhorar as condições de vida desse povo."

Esta a comunicação que desejava fazer à Casa, Senhor Presidente e Srs. Senadores. O Amazonas, despojado de qualquer preocupação partidária, por decisão da organização do Movimento Democrático Brasileiro, seção do Amazonas, para as questões do desenvolvimento da região, para o desenvolvimento da área, não fará oposição.

Há Oposição, contra aqueles que não querem atender ao desenvolvimento da área, da região amazônica; há Oposição, contra aqueles que se negam a cumprir os dispositivos legais, que estabelecem um mínimo na proposta orçamentária, no plano em favor da Amazônia; há Oposição contra aqueles que, em quaisquer setores não querem compreender a necessidade de a nacionalidade brasileira tomar conhecimento da potencialidade amazônica, para as questões de desenvolvimento, com apoio de todas as bancadas das duas correntes partidárias com assento na Assembleia Legislativa.

A demonstração disto foi a unanimidade, na votação de projeto de iniciativa do Sr. Deputado João Bosco, do Movimento Democrático Brasileiro que, convertido em lei, concede o título de Cidadão Honorário ao Sr. Ministro do Interior, Sr. Albuquerque Lima, pelo muito que tem feito, apesar do curto espaço de tempo de sua administração, em favor da Amazônia e,

especialmente da Zona Franca de Manaus. (Muito bem. Palmas.)

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. DESIRÉ GUARANY EM SEU DISCURSO:

João Bosco a Albuquerque Lima:

"A HONRARIA ESTÁ SENDO CONFERIDA A UM BRASILEIRO AUTÊNTICO QUE HONRA A NACIONALIDADE".

Saudando o Ministro Afonso Albuquerque Lima, o Deputado João Bosco Ramos de Lima, pronunciou o seguinte discurso:

"Sr. Ministro:

A História da Humanidade é a história da busca incessante de uma situação do mundo na qual os homens possam se conhecer e se amar, onde cultura e civilização não sejam obstáculos à evolução do homem. Cultura e civilização, no Amazonas, constituindo a primeira todo um corpo de símbolos, normas e mitos, que, penetrando no homem amazônico em sua intimidade, lhe estruturam todos os instintos e todas as emoções, ainda existem ambas em estado gélido. O subdesenvolvimento determinou essa realidade exdrúxula.

Porque todo o conjunto de experiências do nosso passado ainda não fermentou uma cultura social capaz de definir, para a nossa região, um estado de civilização. Por isso, Senhor Ministro, ainda vive o homem amazônico na sua antiga condição de pária porque não lhe foi permitido fazer valer a sua participação nas conquistas de toda a Humanidade."

Todavia, a revolta do homem amazônico, historicamente grande e politicamente progressiva, não pode mais ser relegada ao tabernáculo onde se urge o subdesenvolvimento. Fí-lo, de pé, a sombra inóspita da seringueira ou no lamaçal dos igapós, vergado às vezes pelo peso dos espinheais, ou pela aturda dos ouricos. No entanto, de pé é ele, o homem amazônico, a única exceção de uma vida brava e bravia. De pé, Sr. Ministro, o homem amazônico é a afirmação dessa realidade singular a que o conditio iníqua dos governos, a brava dos coronéis e a verrina dos mistificadores.

Assevera Goethe, semideus germânico e poeta da humanidade, que "tudo o que o Homem emprende seja produzido pela ação, palavra ou por outra qualquer forma, deve nascer da reunião de todas as suas forças; tudo que é isolado deve ser rejeitado". Criando na sua juventude os indivíduos trágicos com que, na sua poesia, conduzia a luta por esse princípio de afirmação do homem contra a miséria alemã feudal e absolutista, o grande gênio fazia anteceder o vaticínio: ou os povos que se vêem ameaçados pela escravidão transformam as suas forças imantadas em instrumento de sua auto-affirmação, ou trágico destino lhes definirá as pegadas da tristeza.

No mundo amazônico, Sr. Ministro, há apenas o trágico dos indivíduos imantados inconscientemente com a miséria feudal que lhes cercou os vassos libertários.

O subdesenvolvimento conduz o homem amazônico à inconsciência e à sua própria tragicidade, porque a ele deu sempre noção de suas próprias necessidades. E eis que o homem amazônico é um instrumento dócil da escravidão, porque o princípio isolacionista da Amazônia, não em prática ao longo de vários séculos, ainda não foi derrogado.

Derrogar, anular, abolir, revogar, exterminar esse isolacionismo. Excluí-lo, é a grande tarefa do homem. E V. Exa. agora benemerente e todos os amazonenses nos é o primeiro da execução dessa tarefa.

E da própria Bíblia a proibição de se amarrar ao mesmo carro um cavalo e um boi. E o erro, esse é o erro, dos que quiseram programar o desenvolvimento do Amazonas sem levar na devida conta as condições excepcionais desta região, que não se pode submeter a projetos ilusórios, que não lhe consultem a realidade das estruturas sociais e o modo exato de como argamassá-las. Como não perceber, Sr. Ministro, que o nosso Estado, para desenvolver-se, tem de ser submetido a uma política rigidamente setorial, com o risco, se necessário, do absoluto insucesso, mas sem de modo algum preterir as nossas próprias forças iminentes — por suspeição de impotência — pela subordinação aos interesses alienígenas, quaisquer que sejam.

Por isso, Excelência, o nosso Estado viu na Zona Franca de Manaus o vislumbre primeiro de um projeto piloto, mas rigidamente adaptado às nossas reais necessidades!

E não poderia ser de outra forma, Sr. Ministro, porque as condições excepcionais deste Estado tem de corresponder a uma legislação específica, especial, própria, capaz de, sob um teste revestido das possibilidades do mais absoluto sucesso, se possa definir, finalmente, a política a ser adotada para que não se repita o episódio da borracha, cuja aurifugência foi incapaz de aqui fixar um núcleo populacional e, conseqüentemente, de aqui fixar o desenvolvimento.

E é a derrogação do isolacionismo que exige a manutenção da Zona Franca nos termos do Decreto-lei número 232 de 28 de fevereiro de 1967, sem sua subordinação a qualquer entidade estatal ou paraestatal.

Por que, Excelência? Por que a tão intransigente defesa dessa autonomia? Porque se o princípio é derrogar o isolacionismo, então não tem fundamento querer derrogá-lo com as mesmas armas que o instituíram!

Dai, Excelência, essas armas do isolacionismo se haverem levantado com o propósito aberto de esmagar a Zona Franca de Manaus, só não o conseguindo porque, felizmente, a Nação ainda pode contar com homens da estatura de V. Ex^a!

Levantaram, primeiro, a hipótese absurda do contrabando, pois não atentaram para a seriedade da instituição, acostumados que estavam a tripuldar dos projetos do Governo, quando estes não eram concebidos com a finalidade única de satisfazer-lhes os mais imediatos interesses; segundo, socorreram-se do embuste da evasão de rendas, quando, ainda não regulamentada, conjectura alguma poderia ser feita a respeito do futuro funcionamento da Zona Franca.

Pensaram, todavia, que o Governo viesse a legitimar-lhes as suspeições descabidas, e pensaram, sobretudo, que o povo amazonense assistisse passivamente à evolução conspiratória. Enganaram-se duplamente: primeiro, o Governo, através da atuação vigorosa de V. Ex^a, manteve incólume a sua autoridade; segundo, o povo amazonense, que jamais se acovardou, não iria naquele instante crucial socorrer-se da mansidão dos cordeiros!

A derrogação do isolacionismo, Excelência, entenda-a o povo amazonense nos termos exatos da oração de Goethe: "Tudo que é isolado deve ser rejeitado". Por isso, não vê o povo na Zona Franca o veículo de internacionalização branca da Amazônia. Pelo contrário, a SUPRAMA deve funcionar como instrumento de integração da Amazônia a todo o País, cabendo ao Governo debater qualquer iniciativa que vise à soberania nacional nesta região, principalmente as que forem propostas sob a capa de empresas privadas. Não quer e não aceita o Amazonas a filosofia das mãos dadas! Não mais caridades! Realismo,

sim, realismo no enfoque dos problemas amazônicos: eis o que convém, não ao Amazonas isoladamente, mas a toda a Nação brasileira.

Realismo, Excelência, que deve ser revigorado pelo Governo Federal no tocante as dotações orçamentárias para o desenvolvimento regional. Enquanto, pela Constituição de 1946, a União estava obrigada a investir na Amazônia quantia não inferior a 3% da receita orçamentária, a lei de meios para o próximo exercício nos reserva quantia inferior a 1%.

E perigosa essa cifra, Sr. Ministro, perigosa porque ameaça a SUDAM de seguir os passos da SPVEA. Se esta, com 3% — é bem verdade que em grande parte destinados a fins estranhos ao desenvolvimento — demonstrou-se incapaz de atingir as suas finalidades específicas, como poderá, então, a SUDAM, cuja jurisdição se estende a mais da metade do território nacional, como poderá a..... SUDAM executar os seus projetos com cifra tão irrisória? É inadivável, Excelência, é absolutamente inadivável a interferência do Ministro do Interior, mas uma vez, para salvar a Amazônia!!!

Pois a grande verdade, Sr. Ministro, é que sem a revisão do critério adotado pela proposta orçamentária do Governo, permanecerá o isolacionismo. Permanecerá porque a finalidade essencial da Zona Franca, qual seja a de aqui criar condições de desenvolvimento mediante a introdução de uma infra-estrutura, industrial, não passará das letras mortas do Decreto-lei nº 232, porque sem financiamentos à indústria já incipiente do Amazonas será impossível pensar-se em desenvolvimento. No máximo, a Zona Franca se transformará num entreposto de miçangas e pechisques, o que não convém ao Estado, não convém ao povo, não convém à Nação!!! O que convém, de imediato, é o incentivo à indústria regional, seu fortalecimento progressivo, incessante, com a disciplina rigorosa da concorrência estrangeira, que de uma hora para outra poderá esmagá-la.

Por outro lado, deve o Governo reformular a política creditícia neste Estado, adaptando as normas de funcionamento dos Bancos oficiais a critérios que correspondam às exigências do nosso produtor, com a disseminação imediata de Agências do Banco do Brasil nas principais cidades deste Estado, a fim de que com o programa de eletrificação que está sendo adotado pelas Centrais Elétricas do Amazonas, se possibilite a aplicação do poder energético às iniciativas industriais através do financiamento bancário.

Manacapuru, Maués, Borba e Barreirinha, e outros municípios onde a eletrificação, como um milagre, já é uma realidade, têm condições suficientes para comportarem a presença das Agências financeiras do Governo Federal.

Perdoe a digressão, Sr. Ministro, ela imita o curso dos nossos rios que, perambulantes, atingem então o mar, na sua magistral plenitude. São esses os apelos do povo amazonense que neste instante confere a V. Ex^a o título de "Cidadão Benemérito do Amazonas". Fazemo-lo, Sr. Ministro, não pela gratidão dos mendigos que, à sombra dos ciprestes, beijam a mão do viajante quando tilita a roda em seu fardel de esmolas. Porque nem sequer o conhecíamos quando V. Ex^a não viu no nosso povo o destino das castas humanas que só existiam porque o fategio romano fora concebido. Dai, Excelência, a exata aceitação de que a honraria que lhe conferimos está sendo conferida, antes de tudo, a um brasileiro patriótico, a um homem que honra a nacionalidade.

V. Ex^a credencia-se ao nosso respeito e à nossa admiração, por todos os seus títulos na vida civil e na Ca-

terna que são muitos, grandes e significativos, como os seus feitos, como as suas missões, como a sua capacidade, como seu tino político, agora num dos mais árdos e expressivos setores da vida nacional, quando vem tendo oportunidade, numa evidência por todos os motivos credora do nosso maior apreço, de revelar pelo trabalho, pela presença, pela atuação, que aprendeu que ser brasileiro na melhor acepção do termo, no seu mais autêntico conteúdo, é amor ao Brasil onde ele reclama, e também no Amazonas, para mais servi-lo e mais compreendê-lo. Ministro da honrada e não menos patriótica administração do Marechal Costa e Silva, membro de um governo disposto evidentemente ao cumprimento da democracia, pela valorização do homem, onde mais proveitosa ela possa ser, visita-nos dentro de quatro meses pela terceira vez. Não vem aqui seduzido pelas lndas, em busca da sedução de um curicó, ou para justificar o cumprimento de um mero dever de tomar conhecimentos dos múltiplos problemas da região.

Não. Vem ao Amazonas para servi-lo como tem feito: para imá-lo como tem revelado, para tornar-se um valioso e triunfante defensor dos nossos direitos como está a positivar sua decisiva e resoluta atuação no episódio da Zona Franca, que todos conhecemos e aplaudimos, com tanto e tão justificado entusiasmo. A cerimônia de hoje é a ratificação pública daquilo que lhe vai na alma e no coração, daquilo que brota da sua energia, ao vigor de seu impulso de brasileiro que ama e serve ao Brasil onde ele se faz mais digno da sua dedicação que ama e serve ao Brasil e a ele se escraviza pela paixão onde reclamada mais se torna a sua presença e a sua força, no imperativo vigoroso e invencível da sua formação patriótica do mais alto gabarito. Para nós, o ato de rendermos a V. Ex^a essa tão espontânea e tão merecida homenagem, ao fazê-lo "Cidadão Benemérito do Amazonas", significa, enriquecermos moralmente, mais valorizar o nosso patrimônio humano.

Peco-lhe neste momento, Excelência, que jamais se esqueça de que há alguns quilômetros desta cidade, distante das luzes, do fausto desta Casa, está o homem do interior amazônico, acobertado na dor e no sofrimento, o mesmo homem amazônico que vive na expressão do poeta caboclo: "Cada um deles a lembrar Jesus: sem lar, sem pão, sem amor e sem luz".

É em nome desse homem, Sr. Ministro, sobretudo em nome desse homem, que V. Ex^a recebe este galardão.

Esse homem que, de pé, a sombra dos ipês, vergado às vezes pelo peso dos espinhéis ou pelo aturá dos ouriços, seja esse homem, Sr. Ministro, a principal das preocupações patrióticas de V. Ex^a.

Receba com este título, Excelência, a gratidão, o profundo afeto do povo amazonense.

DANILO MOSTROU A GRATIDÃO DO AMAZONAS AO CIDADÃO AFONSO DE ALBUQUERQUE LIMA

O governador Danilo Azeiteiro, na cerimônia de entrega do Título de "Cidadão Benemérito do Amazonas", ao Ministro Albuquerque Lima, assim se manifestou:

"A cerimônia que estamos assistindo, as manifestações populares e a palavra dos representantes dos partidos com que o Amazonas saúda o seu Cidadão Benemérito, são as mais calorosas expressões do reconhecimento de um povo e constituem a mais eloquente prova de que vivemos hora sideral na vida brasileira.

Vossa Excelência, Sr. Ministro, visitava o nosso Estado, há bem pou-

cos meses, em instante decepcionante para nossa gente, quando todas as esperanças pareciam vencidas e dominadas pela revogação dos princípios por que tanto lutávamos.

O povo confiou na palavra serena com que Vossa Excelência lhe falou naqueles dias e lhe restituiu a fé e a confiança nos homens públicos, porque os postulados em que nos firmávamos eram a própria palavra do Presidente da República, representavam o princípio fundamental daquela sua afirmativa de fazer da Amazônia uma constante de seu Governo.

E não demoraram as soluções e pela decisão de V. Ex^a, a Nação tomou consciência da problemática amazônica, e surgiram as primeiras providências de ordem administrativa, os projetos para a arrancada decisiva, escrevendo-se pela V. Ex^a palavra e sua determinação, um novo capítulo para a execução da "Operação Amazônia" definindo, em termos de trabalho e de realizações objetivas, o programa de integração da região na economia brasileira.

Vossa Excelência convocou os Embaixadores dos povos amigos para um debate amazônico e aqui, mais uma vez, na demonstração de rotas problemas, reúne em Manaus os ilustres titulares da Aeronáutica, da Agricultura e dos Transportes, e lança a declaração rodoviária que ontem substituiu a maior afirmativa da integração de um Ministério, da SUDAM e do Governo do Estado, na abertura dos novos caminhos do progresso, as duas artérias por onde circulará a riqueza da Amazônia Ocidental e se traçarão os rumos da segurança continental.

Aqui estão assistindo à consagração de seu trabalho, os titulares da Aeronáutica e da Agricultura, o que significa outra afirmativa para que se continue na conquista dos vazios amazônicos, pois os módulos populacionais e as guarnições de fronteiras identificam as avançadas da civilização e da soberania, levando os aviões da FAB a distantes paragens a assistência que conforta e a segurança de que a Pátria não descuida dos que se fazem pioneiros na grande caminhada pela integração da Amazônia, imensidões onde se encontram as tropas do Exército, as aves da Marinha e os aviões da Aeronáutica, para dizer à nossa gente e aos que têm apetites sobre nossas terras que o Brasil está consciente de suas obrigações para com o legado de nossos antepassados. Defesa de nossas fronteiras e instalação de núcleos para a ação articulada com os Ministérios da Agricultura, em dias próximos porque a "Declaração da Ponta Pelada", constitui a certeza da ação dinâmica de um governo que se implantou em bases de uma Revolução para dar ao país uma nova dinâmica e uma putra concepção de arregimentação para o trabalho.

Esta nova visita de Vossa Excelência, a que tão brilhante comitiva de homens públicos se integra, é uma reafirmação dos seus propósitos e da decisão do Governo do eminente Marechal Arthur da Costa e Silva, para dar à Amazônia Ocidental um programa definitivo, abrangendo amplas áreas e o dimensionamento de nossas necessidades.

Realiza-se esta fidalga visita, por feliz coincidência, quando o povo lhe outorga o Título de Cidadão Benemérito, e o Governo Federal decreta a regulamentação da Zona Franca de Manaus, para exaltação do trabalho dinâmico de Vossa Excelência e registro de nosso povo que vê concluída a primeira etapa do programa de seu desenvolvimento.

Manaus está em festa e de todos os quadrantes do Amazonas, afirmo a Vossa Excelência, dos distantes seringaais às cidades e à capital, todos estão, nesta hora, unidos por um só pensamento, proclamando o reconhecimento que uma lei ratificou e um título materializa para todo o tempo.

Albuquerque Lima agradece:

"CIDADÃO AMAZONENSE, RES-TA-ME, PORAVANTE, SABER DIGNIFICAR TÃO HONROSO TÍTULO".

Agradecendo as homenagens o Ministro Afonso Albuquerque Lima, pronunciou o seguinte discurso:

"Senhor Presidente

Senhores Deputados

É sobremodo honroso e significativo o título que venho de receber de vossas mãos. Desvanecendo-me o sentido da homenagem, em que ele traduz por valiosas e ponderáveis razões.

Não é de hoje a minha proximidade com os problemas de vossa terra, o mais opulento rincão brasileiro, que tem despertado a imaginação de muitos, e inspirado o orgulho e o desenvolvimento patriótico de todos os que percorrerem o seu imenso complexo hidrográfico, e sobre o qual o denso e magnífico cenário de suas impenetráveis florestas.

Ao longo de minha carreira militar, após ter percorrido as mais variadas regiões do nosso país, conhecendo-lhes a fisionomia autêntica e vivendo, em cada latitude a intimidade de cada um dos seus mais importantes problemas, preocupava-me as dimensões continentais do cenário amazônico, e a lição de brasilidade de seus habitantes. Jamais me distanciei dos vossos problemas e sempre erigiu-se solidário com vossas lutas e vossas esperanças.

Ministro de Estado, ao assumir as responsabilidades de promover a atuação válida de órgãos do Governo Federal, sob a jurisdição do Ministério do Interior, adotei em caráter prioritário, a deliberação de enviar-me convosco na defesa de vossa grande causa, que não é senão a trincheira mais avançada do Brasil, de onde se garantirá para nossos filhos o Brasil de amanhã.

Não sou, assim, e disso estou bem certo, um conhecedor improvisado do esforço que os homens e as mulheres desta terra desenvolvem em condições hostis e, por vezes, em luta desigual contra as águas e em ciclônicos embates contra o gigantesco vegetal.

Não sou, e disso jamais duvidei, um cético ou um descrente da capacidade de vencermos, com nossas as barreiras do subdesenvolvimento, nem tão pouco um otimista alheado das reais condições de nossa Pátria, que reclama dos homens responsáveis por seu destino e da geração que nos sucede, alto coeficiente de lucidez e amor ao trabalho.

Essas as valiosas e ponderáveis razões que me fazem tranquilamente envidado diante da homenagem que hoje recebo.

Razões ponderáveis e valiosas, para fulgar o sentido de vosso gesto que renova por igual, em meu coração as emoções do passado remoto e as vibrações de momentos recentes.

No passado a memória das primeiras inquietações em que os ardores da juventude alimentavam os sonhos patrióticos da utilização mágica do grande vale, sem avaliar os justos férmeos de sua grandeza e de suas dificuldades.

No presente, a certeza da experiência amadurecida em diversos campos de luta e o ânimo deliberado de planejar e promover, em termos objetivos, o desenvolvimento desta região, diante da visão de grandiosa nacional que mergulha da efetiva integração amazônica aos padrões de crescimento que já atingimos em outras áreas.

A esta altura, cumpre-me salientar que agora não me encontro movido apenas pelo empenho antigo de imar-nar-me convosco, em vossa luta.

Coloco-me, também, como ministro de Estado, a serviço das diretrizes do Governo traçadas pelo eminente Presidente Costa e Silva cujo interesse pelos problemas fundamentais da nacionalidade revela não somente a formação de Sua Excelência que conheço como poucos, o Brasil e os brasileiros, mas, sobretudo, a sua sensibilidade pelos destinos humanos, tantas

vêzes frustrados pela pobreza e pelo desemprego.

Por vezes e tão sérias razões o título de Cidadão Amazonense me envidado sobremodo.

Antes de conquistá-lo, sentia-me por antecipação, um dos vossos, agora, ao recebê-lo posso dizer que me sinto ainda mais brasileiro.

Porque tenho mais essa dívida para convosco, porque sou o caso de que a concessão de tão alta distinção tem suas origens na compreensão dos Senhores Membros do Legislativo e do Executivo do Estado do Amazonas, pelo sentimento que tenho acrescentado ao cumprimento do meu dever colocando-me ao vosso lado, na defesa de uma região que incute a admiração a todos os brasileiros, quer sob o ponto de vista da segurança, quer sob a forma de desenvolvimento integrado, para a preservação de nossa Pátria.

Não se poderia, com efeito, conceber um Brasil forte e desenvolvido sem que a ele se encontrasse incorporada a Amazônia, em sua integral dimensão física e em todos os seus aspectos culturais e humanos.

E, felizmente, já dispomos dos instrumentos adequados a tão elevados propósitos.

Instrumentalizando e reforçando os meios de atuação da SUDAM, da SUFRAMA, e do BASA, além de promover a coordenação de outros organismos responsáveis pela administração federal na região, o Ministério do Interior encontra-se indissoluvelmente ligado aos vossos e aos nossos objetivos.

O Governo do eminente Presidente Costa e Silva tem o sentimento exato do papel que o destino lhe reservou para dar início à ocupação da Amazônia e de seu desenvolvimento. A ele, pois, transferimos essa homenagem e que deve pertencer a todo Ministério, que na sua qualidade pensa como nós, outros. O papel do Governo foi cumprido, resta agora ao Governo do Estado aos políticos e aos empresários em geral, aproveitarem-se dos incentivos para o estabelecimento de um comércio ativo e honesto, da montagem de indústrias e fábricas para aproveitamento do enorme potencial em recursos naturais que a Amazônia possui, tudo, porém, com o mais elevado espírito, no sentido de melhorar as condições de vida deste povo.

E aqui cabe reeditar conceito que tive a oportunidade de formular, em recente discurso proferido nesta bela cidade de Manaus:

"Se a conquista da unidade territorial, em outros tempos, obteve-se pelo hábil e adestrado manéio das armas, a integração nacional far-se-á transfigurando-se o ânimo antigo em lutas e combates incoerentes, travados com habilidade diferente e armas renovadas, para as quais se imbuem novo tipo e nova feição de adestramento. A integração nacional, que hoje não mais reclama os meios e modos adotados pelos que construíram o mistério de nossa unidade territorial e política, somente será atingida se aprendermos e conseguirmos realizar o desenvolvimento integral do País, como síntese do progresso econômico, social e cultural de todo povo brasileiro."

Senhores Deputados: Agradeço sensibilizado a delicadeza e o elevado sentido cívico desta homenagem.

Cidadão Amazonenses resta-me do-ravante, saber dignificar tão honroso título.

Essa a retribuição que me cumpre oferecer ao povo do Amazonas: a certeza de que serei um amazonense tão ciioso de sua cidadania quanto melhor o sejam os que, neste solo abençoado, bendizem e defendem a Pátria brasileira."

O SR. PRESIDENTE:

(Edmundo Levi) — Tem a palavra o Sr. Senador Aurélio Vianna.

O SR. AURELIO VIANNA:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, serei breve. Alguns ju-

riais estão noticiando um movimento, no Congresso Nacional, visando a modificar a Constituição Federal, através da reforma do seu funcionamento interno. Será a continuação de um precedente por nos denunciar e corrobora. Não se pode re-ferir a Lei 11.000 de 1966 através de processos que mantêm a própria inércia que deve ser, sempre, na defesa daquilo que significa a ordem e a justiça.

Em um processo de enfraquecimento das instituições democráticas através do enfraquecimento do Poder Legislativo.

Ora, o que é que a maioria tem a dizer ao povo? Que o Congresso Nacional, reformando, assim, a Constituição, dá, ao Senado e ao Deputado um direito que hoje não têm.

Pelo Constituinte, porém, o Deputado Federal ou o Senador Federal, que faltam a mais de metade das sessões ordinárias, em cada período legislativo, não podem ser considerados como a própria Lei. Mas, a verdade, porém, o mandato é o que propaga e que o movimento visa a alterar é o princípio para que o Senador ou o Deputado que faltam a mais de 50% a mais de metade das sessões ordinárias da Câmara a que pertencem, praticamente, não perca o seu mandato.

Um cálculo que me impressiona. O Congressista ficaria no dever de assistir, durante todo o ano legislativo, apenas a umas quatro ou cinco sessões ordinárias. E faltando a todas as outras o seu mandato, mesmo assim, seria preservado.

Quero declarar que não tomamos parte em tais reuniões, não concordamos com a modificação da Constituição da República, através da alteração do Regimento e, no caso recente lutaremos contra qualquer emenda constitucional que venha a alterar este prazo, já longo, já muito elástico, que venha a assim, seria preservado.

Se o Deputado Federal ou o Senador da República não perde o mandato, em faltando até metade das sessões ordinárias do período legislativo, isto já é uma vantagem enorme, que a ninguém é dada. Como então lhe dar um prazo maior?

A nossa posição, Sr. Presidente — para esclarecermos a opinião pública deste País é clara, não é duvidosa; é objetiva, é franca, contra qualquer alteração constitucional, mesmo através de emendas virando a este fim. Sou, assim, contra radicalmente, a alteração do princípio constitucional, através do Regimento Interno.

Era, só Sr. Presidente. (Muito bem.)

COMPARECEM MAIS OS SENHORES SENADORES:

Oscar Passos
Cattete Pinheiro
Clodomir Milet
Sebastião Arceer
Duarte Filho
João Clecias
Marcello de Alencar
Gilberto Marinho
Carvalho Pinto
João Abrehan
José Feliciano

O SR. PRESIDENTE:

(Edmundo Levi) — Sobre a mesa requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

E lido o seguinte

Requerimento n.º 736 de 1967

Requeiro à Mesa, na forma regimental, se oficie ao Ministério das Minas e Energia para que se digno informar:

a) quais as providências já adotadas por que estão sendo programadas por aquele Ministério no sentido de ampliar a capacidade geradora da Companhia de Eletricidade de Manaus (CEM), de forma que esta empresa de energia elétrica esteja to-

talmente capacitada a atender ao desenvolvimento da área a que serve em função da Zona Franca de Manaus;

b) o volume em cruzeros da despesa com essa ampliação e a época provável do funcionamento dos novos conjuntos termo-elétricos a serem instalados;

c) se a despesa com essa ampliação possa ser atendida com as dotações que constam do projeto do orçamento-programa para 1968 ou se serão atendidas totalmente com os recursos da Eletricidade.

Justificação

O Plano Estratégico de Desenvolvimento do atual Governo, estabelece, as páginas 119, que entre os planos especiais está o importante projeto de implantação da Zona Franca de Manaus, que deverá ter longos reflexos na economia regional.

Por outro lado, o Excmo. Sr. Ministro Albuquerque Lima, em recente pronunciamento na Assembleia Legislativa do Amazonas, abordando os problemas referentes à Zona Franca de Manaus, declarou que resta agora aos empresários em geral, aproveitarem-se dos incentivos para a manutenção de indústrias e fábricas.

Ora, é fato público que a CEM já está com a sua capacidade geradora quase totalmente absorvida pelo consumo em Manaus, pelo que a possibilidade de instalação de novas flétricas e indústrias na área da Zona Franca de Manaus somente será efetiva se o Governo Federal tratar imediatamente da ampliação do fornecimento de energia elétrica pela CEM, sem o que os incentivos fiscais àquela área ficarão reduzidos às operações de comércio, o que não é do desejo das autoridades e do povo do Amazonas nem é do interesse para a economia regional ou nacional.

Sala das Sessões, 5 de setembro de 1967. — Desidre Guarani.

O SR. PRESIDENTE:

(Edmundo Levi) — O requerimento lido será publicado e, em seguida, despachado pela Presidência.

O SR. PRESIDENTE:

(Edmundo Levi) — Sobre a mesa comunicações que vão ser lidas pelo Sr. 1º Secretário.

São lidas as seguintes

COMUNICAÇÕES

Brasília, 5 de setembro de 1967.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que esta Liderança deliberou propor a substituição do nobre Sr. Senador Flávio Brito pelo nobre Sr. Senador Menezes Pimentel na Comissão Mista do Congresso Nacional que dará parecer sobre o Projeto de Lei nº 8, de 1967 (CN).

Aproveito a oportunidade para renovar os protestos da mais alta estima e distinta consideração. — Antônio Carlos.

Brasília, 5 de setembro de 1967.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que esta Liderança deliberou propor a substituição do nobre Sr. Senador Duarte Filho pelo nobre Sr. Senador Aloysio de Carvalho na Comissão Mista do Congresso Nacional que dará parecer sobre o Projeto de Lei nº 8 de 1967 (CN).

Aproveito a oportunidade para renovar os protestos da mais alta estima e distinta consideração. — Antônio Carlos, Vice-líder, no exercício da Liderança.

Brasília, 5 de setembro de 1967.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que esta Liderança deliberou propor a substituição do nobre Sr. Senador Raul Gluberti pelo nobre Sr. Senador Guido Mondin na Comissão Mista do Congresso Nacional que dará parecer sobre o Projeto de Lei nº 8, de 1967 (CN).

Aproveito a oportunidade para renovar os protestos da mais alta estima e distinta consideração. — *Antônio Carlos.*

Brasília, 5 de setembro de 1967.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que esta Liderança deliberou propor a substituição do nobre Sr. Senador Aarão Steinbruch pelo nobre Sr. Adalberto Sena, na Comissão Mista do Congresso Nacional que dará parecer sobre o Projeto de Lei nº 8, de 1967 (CN).

Aproveito a oportunidade para renovar os protestos da mais alta estima e distinta consideração. — *Aurelio Vianna.*

Brasília, 5 de setembro de 1967.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que esta Liderança deliberou propor a substituição do nobre Sr. Senador Bezerra Neto pelo nobre Sr. Desiré Guarany, na Comissão Mista do Congresso Nacional que dará parecer sobre o Projeto de Lei nº 8, de 1967 (CN).

Aproveito a oportunidade para renovar os protestos da mais alta estima e distinta consideração. — *Aurelio Vianna.*

O SR. PRESIDENTE:

(Edmundo Levi) — A Presidência fica ciente das comunicações.

O SR. PRESIDENTE:

(Edmundo Levi) — O Sr. 1º Secretário irá proceder à leitura de projetos de lei, todos de autoria do Senhor Senador Desiré Guarany.

São lidos os seguintes

Projeto de Lei do Senado n.º 55, de 1967

Altera a Lei de sonegação fiscal

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica acrescentado ao artigo 1º da Lei nº 4.729, de 14 de julho de 1965, o seguinte item:

V — Exigir, pagar ou receber, para si ou para o contribuinte beneficiário da paga, qualquer percentagem sobre a parcela dedutível ou deduzida do imposto sobre a renda como incentivo fiscal.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Justificativa

Não há dúvida de que a legislação de incentivos fiscais é grandemente benéfica às regiões ou aos setores a que se destinam, no sentido de incrementar a aplicação de recursos fiscais em empreendimentos econômicos a cargo da iniciativa privada. E uma fórmula excepcional pela qual o Governo abre mão de recursos tributários, deixa de aplicá-los em empreendimentos públicos e os transfere à iniciativa privada, para que esta mais se afirme em todos os setores econômicos, inclusive naqueles de menor atrativo para o lucro, como são as áreas e setores abrangidos pelos incentivos fiscais.

Como se trata de recursos do imposto de renda deduzidos para conversão em ações ou empréstimos a crédito do contribuinte, algumas empresas ou contribuintes, sem consciência do real alcance e objetivo de tão salutar medida governamental, baseada no primado da iniciativa privada, têm condicionado a aplicação do incentivo fiscal a um retorno da parcela deduzida do imposto sobre a renda, o que é feito com base apenas na ganância imediata e com desprezo completo à apreciação das condições técnicas do projeto escolhido para aplicação dos incentivos fiscais. Isto leva à execução de duas medidas que estão sendo profundamente prejudiciais à Amazônia e ao Nordeste:

a) a elaboração de projetos para simples captação de recursos do im-

pôsto sobre a renda, qualquer que seja a comissão de retorno exigida pelo contribuinte que quer apenas utilizar-se de uma nova forma de sonegação, para fugir ao pagamento do que é devido ao Erário; ou

b) a criação de dificuldades à implantação dos projetos técnica e financeiramente bem elaborados, e que por isso mesmo não se sujeitam ao pagamento, sem recibo, de uma porcentagem, que já atinge a 20 % (vinte por cento) ou mais da parcela do imposto da renda deduzida como incentivo fiscal.

Para coibir, ao menos em parte, esta sonegação, profundamente prejudicial à Amazônia e ao Nordeste, é que pretendemos, com esse projeto, caracterizar como criminosa, para os efeitos legais, a medida de desvio irregular dos incentivos fiscais.

Sala das Sessões, 6 de setembro de 1967. — *Desiré Guarany.*

As Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Projeto de Lei do Senado n.º 56, de 1967

Dispõe sobre os incentivos fiscais pelas pessoas físicas

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As pessoas físicas sujeitas ao desconto do imposto sobre a renda na fonte sobre salários poderão descontar 20 % (vinte por cento) do imposto devido para aplicação como incentivos fiscais, obedecendo as seguintes normas:

a) antes do primeiro dia útil de cada exercício fiscal, o assalariado contribuinte do imposto sobre a renda deverá fazer entrega, à fonte pagadora, de declaração com indicação do setor beneficiário da aplicação da parcela a ser descontada (Amazônia, Nordeste, Turismo, Reflorestamento ou Pesca), na forma de modelo e número de vias a serem fixados no regulamento de que trata o item III da letra "d" deste artigo;

b) os 20 % (vinte por cento) descontados na fonte serão recolhidos, em guia especial, ao Banco do Brasil S.A., em conta a crédito da entidade encarregada do setor beneficiário da aplicação de parcela descontada (SUDAM, SUDENE, EMBRATUR, Ministério da Agricultura ou SUDEPE), conforme se trata respectivamente da Amazônia, do Nordeste, de Turismo, de Reflorestamento ou de Pesca;

c) quando esgotadas, no prazo de 1 (um) ano, a contar do último dia do depósito referente ao mês de dezembro do exercício fiscal anterior, as necessidades de capitalização de projetos de turismo, reflorestamento ou pesca, os depósitos aos mesmos destinados deverão ser aplicados em projetos localizados nas áreas da Amazônia ou do Nordeste, a critério do Ministério do Interior;

d) as aplicações dos descontos de que trata este artigo serão:

I — efetuadas em projeto de escolha e indicação da entidade a crédito da qual forem depositados no Banco do Brasil S.A. (SUDAM, SUDENE, EMBRATUR, Ministério da Agricultura, ou SUDEPE);

II — representadas por ações, intransferíveis pelo prazo de 10 (dez) anos;

III — regulamentadas por decreto do Poder Executivo, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da publicação desta lei.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogados os dispositivos em contrário.

Justificativa

Os incentivos fiscais se têm dirigido ao imposto sobre a renda das pessoas jurídicas, deixando ao livre arbítrio destas a aplicação dos recursos, independentemente da orientação dos órgãos encarregados das respectivas áreas ou setores beneficiá-

rios. E como as necessidades de novos recursos cresce à proporção em que se verificam e estudam as condições econômicas e sociais da Amazônia e do Nordeste, elaboramos esse projeto com o objetivo de captar mais recursos para essas duas regiões de forma especial, deixando, porém, a aplicação dos mesmos condicionada à orientação da entidade a que se destinarem (item I da letra "d"), para que essa aplicação se faça nos investimentos que melhor e mais eficientemente atendam aos objetivos de recuperação e integração da Amazônia e do Nordeste à economia nacional. Sala das Sessões, 5 de setembro de 1967. — *Desiré Guarany.*

As Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

O SR. PRESIDENTE:

(Edmundo Levi) — Os projetos de lei serão distribuídos às Comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE:

(Edmundo Levi) — Sobre a mesa comunicação do Sr. Senador Rui Palmeira, que vai ser lida pelo Senhor 1º Secretário.

E' lida a seguinte

COMUNICAÇÃO

Exmo. Senhor Presidente do Senado Federal:

Tendo de participar da 101ª Reunião do Conselho da União Interparlamentar a realizar-se no corrente mês na cidade de Geneve, venho na forma do Regimento e para os devidos efeitos comunicar a Vossa Excelência que nesta data viajo para Europa.

Receba Vossa Excelência as expressões do meu apreço.

Brasília, 4 de setembro de 1967. — *Rui Palmeira.*

O SR. PRESIDENTE:

(Edmundo Levi) — A comunicação lida será publicada.

O SR. PRESIDENTE:

(Edmundo Levi) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara número 78, de 1967, (nº 250-B-67, na Casa de origem), que revoga a Lei nº 4.555, de 10 de dezembro de 1964, que concede isenção de direitos de importação para materiais, máquinas e equipamentos adquiridos pela Refinaria de Petróleo de Mangueiras S.A., no Estado da Guanabara, tendo Pareceres favoráveis sob ns. 551 e 552, de 1967, das Comissões: de Projetos do Executivo e de Finanças.

Em discussão.

Se nenhum Sr. Senador desejar fazer uso da palavra, darei como encerrada a discussão.

(Pausa.)

Está encerrada. Não há "quorum". A votação fica adiada por falta de número.

O SR. PRESIDENTE:

(Edmundo Levi) — Item 2:

Discussão, em turno único da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 550, de 1967), da emenda do Senado ao Projeto de Decreto Legislativo nº 27, de 1967, que aprova a Convenção sobre a Nacionalidade da Mulher Casada adotada pela Resolução nº 1.040 (XI) da Assembleia Geral das Nações Unidas, a 20 de fevereiro de 1957.

Sobre o assunto há requerimento, de autoria do Sr. Senador Aloysio de Carvalho, lido em sessão anterior.

Não havendo número para a votação, fica a mesma adiada para a próxima sessão.

O SR. PRESIDENTE:

(Edmundo Levi) — Item 3:

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 36, de 1967, originário da Câmara dos Deputados, nº 30-A, de 1967, na Casa de origem, que aprova o texto do Decreto-lei nº 328, de 20 de julho de 1967, que altera a redação da alínea "b", do art. 1º da Lei nº 4.357, de 16 de julho de 1964, e da outras providências, tendo Parecer favorável, sob nº 570, de 1967, da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão o Projeto. (Pausa.) Não havendo quem queira fazer uso da palavra, encerro a discussão. O projeto deixa de ser votado em virtude de não haver quorum.

O SR. PRESIDENTE:

(Edmundo Levi) — Item 4:

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 543, de 1967) do Projeto de Lei da Câmara nº 59, de 1967 (nº 8-B-59 na Casa de origem), que isenta dos impostos de importação e de consumo material importado pela Companhia Telefônica Ponte Novense, de Ponte Nova, Estado de Minas Gerais.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, encerro a discussão.

Não havendo requerimento no sentido de que a redação final seja submetida a votos é ela dada como definitivamente aprovada, nos termos do art. 316-A, do Regimento Interno.

O projeto vai à Sanção.

E' a seguinte a redação final aprovada:

PARECER Nº 543, DE 1967

DA COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 59, de 1967 (nº 8-B-59, na Casa de origem).

Relator: Sr. José Leite

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Lei da Câmara número 59, de 1967 (nº 8-B-59, na Casa de origem), que concede isenção dos impostos de importação e sobre produtos industrializados para material importado pela Companhia Telefônica Ponte-Novense, de Ponte Nova, Estado de Minas Gerais.

Sala das Sessões em 28 de agosto de 1967. — *Bezerra Neto, Presidente* — *José Leite, Relator* — *Duarte Filho.*

ANEXO AO PARECER Nº 543-67

Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 59, de 1967 (nº 8-B-59, na Casa de origem), que concede isenção dos impostos de importação e sobre produtos industrializados para material importado pela Companhia Telefônica Ponte-Novense, de Ponte Nova, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É concedida isenção dos impostos de importação e sobre produtos industrializados para o equipamento telefônico constante da relação publicada conjuntamente com esta Lei e que dela faz parte integrante, a ser importado pela Companhia Telefônica Ponte-Novense, de Ponte Nova, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º A isenção concedida não abrange as taxas de despacho aduaneiro, de renovação da marinha mercante e de melhoria dos portos, nem se estende ao material com similar nacional.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

RELAÇÃO A QUE SE REFERE O ART. 1º

Relação de material a ser importado pela Companhia Telefônica Pontenovense

A) — EQUIPAMENTO AUTOMÁTICO

1 — Bastidor para relé de linha
Bastidor para 300 linhas, equipado com:
300 relés de linha e de interrupção
18 relés de grupo de linha
1 equipamento de painel

B) — Bastidor para elementos automáticos

1 Bastidor com capacidade de 60 buscadores de linha com equipamento de painel e múltiplos necessários
1 Bastidor com capacidade de 60 seletores finais, com equipamento de painel e múltiplos necessários
1 Bastidor com equipamento de painel para 11 registros

III — Dispositivos de alarme

3 quadros de lâmpadas
1 dispositivo de campainha de alarme
1 aparelho de controle de sinais
Necessários dispositivos de alarme de tempo e relés de observação

IV — Distribuidor intermediário

Necessária quantidade de bastidores com os respectivos distões

V — Elementos automáticos de ligação

40 buscadores de linha com relés
40 seletores finais com relés
1 distribuidor de chamadas
10 registros de tipo Crossbar
VI — Motores para bastidores
1 Motor para bastidor de unidade
1 Idem de reserva
Necessários cabos de força

B) — DISTRIBUIDOR-GERAL

1 Seção primária para 200 540 linhas
15 Listões de projetores para 50 linhas cada
37 Listões de jacks de ensaio para 20 linhas cada
Necessários blocos de jacks, cordões de experiência, relé de observação etc.

C) — Instalação de força

1 Retificador de 25A, 48V com regulagem automática de tensão
1 Bateria de acumuladores de 135 Ah, 24 elementos
Necessários cabos de força

D) — Ferramentas peças sobressalentes, material de instalação e cabos

1 Jogo de ferramentas
1 Jogo de peças sobressalentes
1 Jogo de material de instalação
Todos os fios e cabos necessários às ligações internas, suportes e cabos
E) — Dispositivos de prova e controle de tráfego
1 Aparelho portátil para prova de elementos automáticos
1 Aparelho para prova de linhas
Dispositivo de observação de tráfego com lâmpadas e jacks necessários

O SR. PRESIDENTE:

(Edmundo Levy) — Item 5:
Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 549, de 1967) do Projeto de Lei do Senado nº 16, de 1967, de autoria do Sr. Senador José Ermirio, que dá nova redação ao artigo único da Lei nº 781, de 17 de agosto de 1949, que institui o "Dia Nacional de Ação de Graças".

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, encerro a discussão.

Não havendo requerimento no sentido de que a redação final seja submetida a votos é ela dada como definitivamente aprovada, nos termos do art. 316-A, do Regimento Interno.

O Projeto vai à Câmara dos Deputados.

E' a seguinte a redação final aprovada:

PARECER

Nº 549, de 1967

DA COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 16, de 1967.

Relator: Sr. José Leite

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Lei do Senado nº 16, de 1967, que dá nova redação ao artigo único da Lei nº 781, de 17 de agosto de 1949, que institui o "Dia Nacional de Ação de Graças".

Sala das Sessões, em 29 de agosto de 1967. — Bezerra Neto — Presidente. — José Leite — Relator. — Duarte Filho. — Carlos Lindenberg.

ANEXO AO PARECER Nº 549-67

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 16, de 1967, que dá nova redação ao artigo único da

Lei nº 781, de 17 de agosto de 1949, que institui o "Dia Nacional de Ação de Graças".

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O artigo único da Lei número 781, de 17 de agosto de 1949, passa a vigorar com a seguinte redação.

"Artigo único. E' instituído o "Dia Nacional de Ação de Graças", a ser comemorado a 26 de abril, data em que foi elaborada a primeira missão no Brasil."

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se a Lei nº 3.110, de 22 de setembro de 1966, e as demais disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Edmundo Levy) — Item 6:

Discussão, em turno único, do Requerimento nº 733, de 1967, de autoria do Sr. Senador Bezerra Neto, de informações ao Senhor Ministro da Fazenda, sobre a existência no Banco do Brasil, de créditos tendentes a oferecer estímulos às fábricas nacionais de máquinas e implementos agrícolas com maioria de capital pertencente a brasileiros e também a estrangeiros e ampliação de prazo de resgate dos financiamentos de tratores e implementos agrícolas concedidos a lavradores.

Em discussão o requerimento. Se nenhum Sr. Senador desjar fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada. A votação fica adiada em virtude da falta de quórum.

O SR. PRESIDENTE:

(Edmundo Levy) — Está em ordem a matéria constante da Ordem do Dia.

Não há cradores inscritos. (Pausa.)

Nada mais havendo que tratar vou encerrar a presente sessão, designando para a próxima a seguinte:

ORDEM DO DIA

Sessão em 6 de setembro de 1967

(Quarta-feira)

1

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 72, de 1967 (nº 230-E-67, na Casa de origem), que revoga a Lei nº 4.553, de 10 de dezembro de 1964, que concede isenção de direitos de importação para

materiais, máquinas e equipamentos adquiridos pela Refinaria de Petróleo de Manguinhos S. A. no Estado de Guanabara, tendo Parecer favorável sob ns. 551 e 552, de 1967, das Comissões de Projetos do Executivo e de Finanças.

2

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 36, de 1967, originário da Câmara dos Deputados, nº 30-A-67, na Casa de origem, que aprova o texto do Decreto-lei nº 323, de 20 de julho de 1967, que altera a redação da alínea "b" do art. 1º da Lei nº 4.357, de 16 de julho de 1964, e dá outras providências, tendo Parecer favorável, sob nº 570, de 1967, da Comissão de Constituição e Justiça.

3

Votação, em turno único, do Requerimento nº 738, de 1967, de autoria do Sr. Senador Lino de Matos, de informações ao Sr. Ministro da Fazenda, sobre a existência no Banco do Brasil, de créditos tendentes a oferecer estímulos às fábricas nacionais de máquinas e implementos agrícolas com maioria de capital pertencente a brasileiros e também a estrangeiros e ampliação de prazo de resgate dos financiamentos de tratores e implementos agrícolas concedidos a lavradores.

4

Discussão, em turno único da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 550, de 1967), da emenda do Senado ao Projeto de Decreto Legislativo nº 27, de 1967, que aprova a Convenção sobre a Nacionalidade da Mulher Casada adotada pela Resolução nº 1.040 (XI) da Assembleia-Geral das Nações Unidas, a 20 de fevereiro de 1957.

5

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 41, de 1967, de autoria do Sr. Senador Mem de Sá, que altera a redação do inciso IV do art. 134 do Código Civil Brasileiro (Lei nº 3.071, de 9 de janeiro de 1916, (projeto aprovado em 1º turno, com emenda, na sessão de 30 de agosto de 1967), tendo Parecer, sob nº 553, de 1967, da Comissão de Redação, oferecendo a redação de vencido para o segundo turno.

6

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 53, de 1967, de autoria do Sr. Senador Bezerra Neto, que estabelece normas para a remessa e transmissão no Congresso Nacional dos tratados e convenções celebrados pelo Presidente da República, tendo Pareceres sob números 536, 537 e 538, de 1967 das Comissões de Constituição e Justiça: 1º pronunciamento — favorável com o substitutivo que oferece; 2º pronunciamento — pelo arquivamento do Projeto e do substitutivo; de Relações Exteriores: pela audiência da Comissão de Constituição e Justiça, por existência de nova Constituição Federal.

7

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 33, de 1967, originário da Câmara dos Deputados (nº 8-E-67) na Casa de origem, que aprova o acordo entre o Brasil e o Fundo das Nações Unidas para a Infância — (FISI), assinado em Nova York, em 23 de março de 1966, tendo Pareceres favoráveis, sob ns. 519, 520, 521 e 522 de 1967, das Comissões de Relações Exteriores, de Educação e Cultura, de Saúde e de Finanças.

8

Discussão, em turno único, do Requerimento nº 717 de 1967, pelo qual o Sr. Senador Desiré Guarani solicita informações a serem prestadas

pelo Banco do Brasil (Carteira do Comércio Exterior).

2

Discussão, em turno único, do Requerimento nº 767, de 1967, pelo qual o Sr. Senador Lino de Matos solicita a transcrição nos Anais do Senado Federal, do inteiro teor das 63 recomendações, 8 Resoluções e 3 Moções aprovadas pelo IV Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária.

PROJETOS EM CURSO NO SENADO

Que só podem ser emendados perante as Comissões

(Constituição, Art. 67, § 2º)

Projeto de Lei da Câmara nº 81, de 1967 (nº 342-B-67, na Casa de origem), que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de NCR\$ 521.700,00, para regularização de despesa que especifica.

Calendário — dias 6 — 8 — 11 — 12 e 13 do corrente mcs.

PROJETO EM CURSO NO CONGRESSO

A ser emendado perante a Comissão Mista

Projeto de Lei nº 8, de 1967 (CN), que estabelece limitações ao reajustamento de aluguéis e dá outras providências.

Calendário: dias 6 — 8 — 11 — 12 e 13 do corrente mcs.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 35 minutos).

TRECHO DA ATA DA 123ª SESSÃO, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 6ª LEGISLATURA, EM 31 DE AGOSTO DE 1967, QUE SE REPUBLICA POR HAVER SAÍDO COM INCORREÇÕES, NO DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, (SEÇÃO II), DE 1 DE AGOSTO DE 1967, A PAG. 1.907, 2ª COLUNA.

(Moura Andrade) — Sobre a inexistência de requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

E' lido e aprovado o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 754, DE 1967

Nos termos dos arts. 211, letra g, e 325 do Regimento Interno, requerer dispensa de publicação, para imediata discussão e votação, da redação final do Projeto de Resolução nº 67, de 1967, que nomeia Nerione Nunes Cardoso, para o cargo de Diretor PL-1.

Sala das Sessões, em 31 de agosto de 1967. — Cícero Pinheiro.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Em consequência, passa-se à discussão e votação da redação final do Projeto de Resolução nº 67-67.

Em discussão.

Se nenhum Sr. Senador desjar fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada

Em votação a redação final.

Os Srs. Senadores que a aprovarem permanecerão sentados. (Pausa.)

Aprovada. O Projeto vai à promulgação.

E' a seguinte a redação final aprovada:

PARECER Nº 559, DE 1967

Da redação final do Projeto de Resolução nº 67, de 1967, que nomeia Nerione Nunes Cardoso, para o cargo de Diretor, PL-1, do Órgão da Secretaria da Senado Federal.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Resolução

ção nº 67, de 1967, nos seguintes termos:

RESOLUÇÃO Nº DE 1967

Senado Federal resolve:

Artigo único. É nomeado, de acordo com o art. 85, alínea c, item 2, do Regimento Interno, combinado com o art. 75, item IV, alínea b, da Resolução nº 6, de 1960, para o cargo isolado, de provimento efetivo, de Diretor, PL-1, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, o Redator de Anais e Documentos Parlamentares, PL-2, Nerione Nunes Cardoso, Sala da Comissão Diretora, em 31 de agosto de 1967.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Escutada a matéria da Ordem do Dia.

Sobre a Mesa requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

E' lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 754-A, DE 1967

Senhor Presidente:

Tendo sido honrado com a designação de Vossa Excelência para ser um dos observadores parlamentares que representarão o Senado Federal na próxima Assembleia Geral das Nações Unidas, cujo período de trabalhos compreende noventa dias aproximadamente, e como terei de reservar algumas semanas para pesquisas de caráter pessoal no exterior além dos dias necessários ao trânsito, solicito a Vossa Excelência, na forma re-

O Poeta da Morte certa vez pedia:

Morrer, Senhor, de súbito, não quero!
Morrer como quem parte lentamente
vendo o mundo perder-se pouco a pouco
e com o mundo as imagens da memória.
Morrer sabendo próxima e implacável
a hora de deixar o doce efêmero.
Morrer o olhar voltado para a altura
para a face de Deus, ardente e pura.
Morrer como quem vai se despedindo
a fixar as paisagens mais antigas
e os seres mais longínquos, já partidos.
Morrer levando a vida já vivida!
Morrer maduro, e não qual fruto verde
por efêmera e desgracia enfiado.

Hoje pela manhã lembrei que começariamos a semana sem Newton. O Sol lá fora brindava o dia num esplendor de cores e movimentos. E o sol pareceu-me a vida. Esplendor na alvorada e ainda e ainda para me erguê-lo mansamente no ocaso.

Morrer maduro e não qual fruto verde por violência dos galhos arrancados... A vida de um moço, roubada de repente, e como a nuvem que torda o esplendor do sol e lhe corta a trajetória.

Mas, outros ficaram a continuá-lo aqui, ali, acolá, onde houver alguém para lembrar Manesinho.

Quando alguém morre, não se dá sua morte total senão no dia em que também desaparecer do mundo dos vivos o último dos seus amigos que refletiu sua imagem nos olhos, que lhe captou, nas horas mais íntimas da convivência, seu mundo interior, a expressão toda dos seus movimentos. Então o morto continuava morrendo a medida que forem desaparecendo também os que assistiram a sua passagem pela vida, porque a imagem fiel só se reteve na memória dos que realmente a conheceram.

A imagem de um morto que fica em nós ainda e vida, porque ainda vivemos para lembrá-lo como testemunhas do que ele foi, mas os que vierem depois que ele partiu definitivamente com a nossa própria partida, dele conhecerão apenas o pensamento e as ações pelas palavras que deixou, sem saber nunca como ele foi, nas suas mutações psicológicas, nas variações de sua personalidade, na sutileza de cada gesto e de cada reação.

A proporção que vamos avançando na vida, vai aumentando o convívio dos nossos mortos. A princípio não nos damos conta do que se passa, mas à medida do tempo sentimos, impetuosa a legião que se formou do outro lado. Nossas lembranças então passam

gimental, licença de cent e vinte e um dias, a partir de hoje, a fim de que possa ser convocado o meu suplente, Doutor Marcelo Nunes de Alencar, evitando-se, assim, que a representação do Estado da Guanabara e o Movimento Democrático Brasileiro fiquem com a sua respectiva representação nesta Casa desfalcada, enquanto dela me ausento pelas razões expostas.

Atenciosas Saudações. — Mário Martins.

Sala das Sessões, 31-8-67.

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. GUIDO MONDIN, NA SESSÃO DE 20 DE AGOSTO DE 1967, QUE SERÁ PUBLICADO OPORTUNAMENTE.

GUIDO MONDIN:

Sr. Presidente, na sexta-feira preterita, ao impacto da notícia cruel, seria incapaz seguir de articular um lamento.

Newton Menezes, akna feita de lha-nezas, estava morto. Quando um moço morre, nossos primeiros ímpetos são de revolta contra os critérios da morte. Por que levar um moço? Por que um moço, quando ele estendia agora para os horizontes da vida uma esteira de sonhos e de triunfos?

como ele fez, que tudo quanto seja negativo compor a nossa fisionomia. Como dizemos dos mortos, direi que a imagem da nossa face refletir-se-á nos olhos dos que aqui deixarmos e néles viverá depois da nossa morte. Será triste para eles se, ao recompor a nossa presença, surpreenderem gestos nossos de avareza, de inveja, de má vontade, de falsidade, de ódio. Um semblante melancólico, uma fisionomia de desdém ou de ira, estarão presentes quando nos lembrarem.

Como Newton foi, e preciso ser alegre mesmo nas recordações desventuradas, e ser bom, consolador, paciente, afetuoso, dar de nós na generosidade de cada gesto, para que sejamos um dia uma memória de amor na intimidade dos que deixamos.

Essas reflexões povoaram minha mente na manhã feita de sol e contrastes porque eu ouvia o sol e punha na juventude do que se foi, do que não veio senar-se na bancada da imprensa em mais uma tarde da nossa vida parlamentar. Vida parlamentar! Mesmo os mais introvertidos não resistem ao longo convívio com os representantes da imprensa, um tanto de nós mesmos, na interpenetração do labor de todos os dias. As fisionomias se fazem familiares e quase sempre lhes precedem os nomes. Sabemos quem são mas se nos perguntarem os nomes por vezes nos surpreendemos sem saber responder. E no entretanto, os olhos se estabelecem, as simpatias se instalam. E assim em todos os convívios prolongados, nas raras serão tão ricos em aspectos como esse da relação Senado-Comitê de Imprensa.

Ficamos, por vezes a olhar-nos mutuamente, eles, ora encolados, compactos à espera de um desatcho qualquer, assistindo-nos como jurados, intérpretes, julgando e registrando, no cumprimento de sua missão e eu gosto de ver, no dia seguinte, as suas silêncios ora em cores nitidas, ora apenas soníbras, vagas sombras, tremulas, superpostas, vagas. Ou então nada. Seus mistérios se encerram diante de uma paisagem que somos nós. E como na pintura, diante dessa paisagem são ora realistas, ora impressionistas, tantas vezes momentaneamente abstratos. Somos sua matéria prima — homens e ideais — com que manipulam seu talento jornalístico nas páginas do quotidiano.

Disseram-me, quando eu aqui chegava, encharcado a Província que eles eram a tortura do Parlamento, impiedosos, distillando veneno em cada palavra. E si que não eram. Ao contrário, vi-os vibrando conosco no triunfo e acabrunhados conosco nas horas neutras, em atitudes de solidariedade. Amalgamaram-se no quotidiano. Compartilharam integrados na grande tarefa, que so e pequena para os que jamais encontrariam grandeza em coisa alguma. Sua oficina e desta Casa uma dependência, onde impera e onde exercem, incoercível, a sua independência.

Fizeram-se no tempo algo nosso, nessa curiosa catálise de acaço.

O convívio faz da sua participação uma necessidade. Por vezes ficamos a contá-los a conferi-los, para ver se estão todos, apercebendo-nos de ausências, ocupando-nos de seus acontecimentos, de seus sucessos, de suas promoções, de novas investiduras. Não lhe somos indiferentes em nada.

Não nos são indiferentes em nada.

Há algo, além da nossa inquietação política, dos nossos problemas da coerência da nossa posição, que transcende a tudo, porque na intensidade do convívio a natureza humana se faz fluxo e refluxo de emoções. E a renúncia fatal a que não escapam mesmo os refratários, os glaciais. Os inapetentes às exteriorizações mais nitidas.

Pois bem — é nesse quadro que está a espera de um intérprete, que, de repente, abriu-se um claro, uma cadeira se fez vazia e um teclado de máquina silenciou.

Newton, o bom, pertencia a esse quadro. Veio a Brasília desde os primeiros tempos e lutou. Foi escanção, pelo mérito e pela sacrifício, cada vez posições melhores, sem que siquer lhe pressentíssemos, através da face alegre e do gênio atalvel o dano que as madrugadas de labor exaustivo lhe causavam. Alma simples, companheiro às deveras, sempre seus colegas com ele contaram para substituídos em qualquer eventualidade. Sua vida era levada com esse encan o singelo de servir, de estimular, de compartilhar.

Contaram-me, os que o ouviam, que quando ele daqui telefonava para a mãe no Rio, dir-se-ia que o fazia para com uma namorada, tal a ternura de suas palavras e, quando ela vinha a Brasília, levava-a a dançarem juntos como dois namorados.

Entretanto, o coração bondoso, feito de docuras, e a face sorridente aberta para a amizade, escondiam a tragédia que ele acolheu com resignação, revelada que foi nestes últimos tempos. Um mal congênito punha um peso para a sua existência, que já não devia ir longe.

Quando Newton deixava o Rio para iniciar sua vida profissional em Brasília, seus pais disseram-lhe palavras de amor: "tua casa, tua cama e tua caneca estarão sempre à tua espera. Por isso o levaram daqui, pelo menos para que não fosse para perto de sua casa, de sua cama, de sua caneca."

No ferrete puseram terra de Brasília, o sudário que ele pediu. Criatura feita de resistência, sua jovem esposa, com singular firmeza, ainda pôde dizer ante o corpo inerte: "Não estou vestida de luto porque você gostaria de me ver assim elegante. Repare como estou até mais magra, Newton, como era do seu gosto. Procure estar bonita, até mesmo com um pouco de baton, porque você gostaria de me ver assim. Não choro, não posso chorar, porque você não queria que eu chorasse na sua morte. Meu auto esta no coração, Newton, e não me separo de você porque o seu espírito continua ao meu lado. Agradeço-lhe tudo de bom que você me deu nesta convivência tão rápida. Agradeço-lhe os ensinamentos que me prepararam para a vida, inclusive este de me conformar e resistir à dor. Sei que minha linguagem e estranha para todos os que me ouvem, mas estou falando para você, meu Newton, e sei que você me entende".

E assim beijou-o na face fria a face que já não vemos hoje, porque a semana começa sem Newton e nos ficaremos a vê-lo agora na fisionomia dos seus colegas a compartilhar conosco dos labores que tanto lhe eram gratos até que o último de nós permaneça a guardar sua imagem. (Muito bem! Muito bem!)

SECRETARIA DO SENADO FEDERAL

Repúblique-se por haver sadio com incorreções:

ATOS DO DIRETOR-GERAL

PORTARIA Nº 105, DE 30 DE AGOSTO DE 1967

O Diretor-Geral, no uso de suas atribuições, resolve dispensar, a pedido, Celia Thereza Assumpção, Oficial Legislativo PL-5, das funções de Chefe da Seção de Protocolo da Diretoria do Expediente, louvando-a pelos bons serviços prestados àquela Diretoria.

Secretaria do Senado Federal, 30 de agosto de 1967. — Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral.

O Diretor-Geral da Secretaria do Senado Federal, no uso de suas atribuições, Deferiu os seguintes requerimentos:

de Salário-Família, na forma do artigo 160, item 35, da Resolução nº 6, de 1960

Nº Req.	Servidor — Cargo	Dependente(s) — Grau de Parentesco	Início
DP-473-67	Emanuel Firme — Servente PL-14	Maria Clea, Maria Lelha e Lilha	Março de 1967
DP-556-67	Fernando Antônio Conde PL-11	Maria — Filhas	Maio de 1967
DP-523-67	Hélio Bittencourt Gonzaga — Aux. Portaria PL-9	Fernanda — Filha	Junho de 1967
DP-529-67	Walter Manoel Germano de Oliveira — Aux. Leg. PL-10	Hélio — Filho	
DP-542-67	José Diniz Neto — Aux. Almojarife PL-7	Emília Valério Germano de Oliveira, Márcia, Walter e Paulo Rodolfo — Espôsa e Filhos	Junho de 1967
DP-557-67	Armando Bispo dos Santos — Continuo PL-12	Marilza Marinho Diniz, Milta, Ebano Alexandre e Mércio Paulo — Esposas e Filhos	Março de 1967
DP-564-67	Levi de Assis Dantas — Motorista PL-9	Silvana — Filha	Julho de 1965
		Levi — Filho	Junho de 1967

de Aneção de Tempo de Serviço, na forma do artigo 160, item 9, da Resolução nº 6, de 1960

Nº Req.	Servidor — Cargo	Repartição	Total Dias	Observações
DP-616-67	Jorge Antônio Gonçalves — Motorista PL-10	Exército	396	Todos efeitos legais
DP-620-67	Ataide Machado — Continuo PL-12	Exército	288	Todos efeitos legais
DP-610-67	René Nunes — Of. da Ata PL-3	Exército	316	Todos efeitos legais
DP-604-67	Fernando Giuberti Nogueira — Orientador de Pesquisas Leg. PL-4	Exército	—	Indeferido por se tratar de tempo simultâneo
DP-602-67	Juvenal Freitas Pinetel — Guarda Seg. PL-9	Exército	—	Anotar apenas que serviu em zonas de guerra
DP-637-67	Carlos Torres Pereira — Taq. Debates PL-3	Exército	—	Anotar apenas que serviu em zonas de guerra
DP-609-67	Wilson Wander Lopes — Aux. Leg. PL-10	F.E.D.F.	229	Exceto licença especial

de Licenças, na forma dos artigos 160, itens 18, 35 e 37, e 270, nº I, da Resolução nº 6, de 1960

Nº Req.	Servidor — Cargo	Período	Total Dias	Observações
DP-622-67	Vera de Alvarenga Mafra — Of. Leg. PL-6	6-8 a 6-11-67	3 meses	Licença especial
DP-563-67	Genoveva Ayres Pereira Dias — Aux. Leg. PL-7	1-8 a 1-12-67	4 meses	Licença gestante

Diversos, na forma do artigo 160, item 9, da Resolução nº 6, de 1960

Nº Req.	Servidor — Cargo	Assunto	Observações
DP-568-67	Victor Rezende de Castro Caiado — Aux. Leg. .. PL-7	Abono dias 22, 23, 26, 27 e 28-6-67	Provas na Universidade
DP-559-67	Rubem Soares Branquinho — Aux. Leg. PL-9	Abono dias 23 e 30-5-67	Provas na Universidade
DP-554-67	Edson Sargues Prudente — Aux. Leg. PL-10	Abono do dia 16-6-67	Provas na Universidade
DP-565-67	José Carlos Alves dos Santos — Aux. Leg. PL-10	Abono do dia 30-6-67	Provas na Universidade
DP-584-67	Joaquim dos Santos — Adm. Edifício PL-3	Férias — exerc. 1965	De 16-8 a 14-9-67
DP-597-67	Sebastião Ernane Barbosa — Controlador Gráfico.. PL-6	Férias — exerc. 1966	De 3-7 a 1-8-67
DP-640-67	Myriam Gurjão Mello — Of. Bibliotec. PL-5	Férias — exerc. 1966	De 1º a 30-9-67

Diretoria do Pessoal, em 11 de agosto de 1967. — Maria do Carmo Rondon Ribeiro Saruiva, Diretora do Pessoal. — Publique-se em 14-8-67.

O Diretor-Geral da Secretaria do Senado Federal, no uso de suas atribuições, Deferiu os seguintes requerimentos:

de Salário-Família, na forma do artigo 160, item 35, da Resolução nº 6, de 1960

Nº Req.	Servidor — Cargo	Dependente(s) — Grau de Parentesco	Início
DP-659-67	Mário Nelson Duarte — Aux. Leg. PL-9	Ana Cristina — Filha	Julho de 1967
DP-628-67	José Sipriano da Silva — Motorista PL-9	Mari Conceição da Silva, César e Regina — Esposa e Filhos	Maio de 1967 Julho de 1965 Agosto de 1966 Junho de 1967 Janeiro de 1967 Junho de 1967 Julho de 1967
DP-635-67	Guilherme Saiguel de Oliveira — Aux. Portaria.. PL-9	Maria Elizabeth — Filha	Julho de 1967
DP-629-67	Francisco Firmino Lima — Aux. Limpeza PL-15	Francisco — Filho	Junho de 1967
DP-631-67	Ataide Machado — Contínuo PL-12	Cisele — Filha	Junho de 1967
DP-647-67	João da Costa Bernardo Filho — Contínuo PL-12	Marcelo — Filho	Julho de 1967
DP-595-67	Nilson Avelar — Aux. Leg. PL-10	Maguôlia Maria Torres Avelar — Esposa	Julho de 1967
DP-581-67	Otto Mares — Contínuo PL-12	Edileuza e Elza — Filhas	Setembro de 1965
DP-641-67	Ernande de Alcântara Oliveira — Lavador de Autô- môvel PL-13	Marmalva e Eliane — Filhas	Julho de 1967

de Averbção de Tempo de Serviço, na forma do artigo 160, item 9, da Resolução nº 6, de 1960

Nº Req.	Servidor — Cargo	Repartição	Total Dias	Observações
DP-619-67	Getúlio da Gama Volnei — Eletricista PL-7	Exército	270	Todos efeitos legais
DP-636-67	Walter Manoel Germano de Oliveira — Aux. Leg. PL-10	Exército	4.516	Todos efeitos legais
DP-613-67	Frederico da Gama Cabral Filho — Aux. Leg. PL-10	F. E. D. F.	908	Exceto licença especial
DP-603-67	Arthur Carvalho Calmon — Ajudante de Conserva- dor Doc. PL-7	D. E. R. — ES	1.277	Todos efeitos legais
DP-607-67	Alexandre Plaender — Of. Leg. PL-6	Exército	352	Todos efeitos legais
DP-512-67	Francisco Nogueira Saraiva — Red. Radiodit. PL-4	Governo do Ceará	2.465	Todos efeitos legais
DP-600-67	Euripedes José Ramos — Motorista PL-10	Exército	280	Todos efeitos legais
DP-515-67	João Lourenço da Silva — Contínuo PL-12	Exército	270	Todos efeitos legais

de Licenças, na forma dos artigos 160, itens 18, 35 e 37, e 270, nº 1, da Resolução nº 6, de 1960

Nº Req.	Servidor — Cargo	Período	Total Dias	Observações
DP-476-67	Joaquim Fernandes de Oliveira — Aux. Sec. PL-11	29-5 a 7-6-67	8 úteis	Gala — «Art. 158»

Diversos, na forma do artigo 160, item 9, da Resolução nº 6, de 1960

Nº Req.	Servidor — Cargo	Assunto	Observações
DP-578-67	Francisco Olimpio Gomes — Aux. Portaria PL-8	Férias — exercício de 1965	De 1º a 30 de agosto de 1967
DP-624-67	Elsita L. C. Campos da Paz — Of. Bibliotec. .. PL-4	Férias — exercício de 1966	De 1º a 30 de agosto de 1967
DP-519-67	Ilvo Sequeira Batista — Aux. Leg. PL-10	Abono do dia 15 de junho de 1967	Provas na Universidade
DP-566-67	José Carlos Vidal — Aux. Leg. PL-8	Abono dos dias 20 e 22-5-67	Provas na Universidade
DP-540-67	Fernando Silva de Palma Lima — Of. Leg. PL-6	Abono dos dias 19, 20, 21, 22 e 23 de junho de 1967	Provas na Universidade
DP-531-67	Victor Resende de Castro Caiado — Aux. Leg. .. PL-8	Abono do dia 15-6-67	Provas na Universidade
DP-547-67	Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Aux. Leg. PL-9	Abono dos dias 19, 20, 21, 22 e 23 de junho de 1967	Provas na Universidade
DP-560-67	Rubem Soares Branquinho — Aux. Leg. PL-9	Abono dos dias 2, 6 e 9-6-67	Provas na Universidade

Diretoria do Pessoal, em 15 de agosto de 1967. — Maria do Carmo Rondon Ribeiro Saraiva, Diretora do Pessoal. — Publique-se em 17-8-67.

O Diretor-Geral da Secretaria do Senado Federal, no uso de suas atribuições, Deferiu os seguintes requerimentos:

De SALÁRIO-FAMÍLIA, na forma do artigo 160, item 35, da Resolução nº 6, de 1960:

Nº Req.	Servidor — Cargo	Dependente(s) Grau de Parentesco	Início
DP- 532-67	Francisco Louzada — Inspetor Seg. (aposentado)	PL- 8 Iole Maria Borges Louzada — Filha (adotiva)	Cancelar Julho de 1967, reconsiderando despacho anterior, devido apresentação de documentação judicial. Nascido em 17-12-1963
DP-1.429-66	Claudianor de Araújo Barros — Radiotécnico	PL- 9 Sidney, Claudionor, Jorge e José Augusto	
DP- 661-67	Luiz Fernando de Oliveira Freire — Red. A. Doc. Parl.	PL- 2 Marcos Newlands Freire	

de AVERBAÇÃO DE TEMPO EM SERVIÇO, na forma do artigo 160, item 9, da Resolução nº 6, de 1960:

Nº Req.	Servidor — Cargo	Repartição	Total Dias	Observações
DP- 682-67	Ilson de Figueiredo — Aux. Limpeza	PL-15 Exército	984	Todos efeitos legais
DP- 686-67	Dilermando Louzada — Guarda Seg.	PL- 9 Exército	336	Todos efeitos legais
DP- 249-66	Justino Lira Mendes — Motorista	PL- 9 Prefeitura Municipal de Amarante — PI	974	Exacto licença especial

de LICENÇAS, na forma dos artigos 160, itens 18, 35 e 37, e 270, nº 1, da Resolução nº 6, de 1960:

Nº Req.	Servidor — Cargo	Período	Total Dias	Observações
DP- 680-67	Georgeta Kuntz — Of. Leg.	PL- 4 11-9 a 11-11-67	2 meses	Licença especial
DP- 491-67	Milton Pereira Santana — Linotipista	FI- 2 18-5 a 5-6-67	19	Tratamento de saúde

de DIVERSOS, na forma do artigo 160, item 9, da Resolução nº 6, de 1960:

Nº Req.	Servidor — Cargo	Assunto	Observações
DP- 715-67	Mateus Teófilo Tourinho — Controlador Gráfico ..	PL- 6 Férias — exercício de 1966	De 21-8 a 19-9-67 Provas na Universidade Provas na Universidade
DP- 588-67	Ilvo Sequeira Batista — Aux. Leg.	PL-10 Abono do dia 30 de junho de 1967	
DP- 592-67	Leonardo Gomes de C. Leite Neto — Aux. Leg. ..	PL-10 Abono do dia 23 de junho de 1967	

Diretoria do Pessoal, em 4 de setembro de 1967 — Maria do Carmo Rondon Ribeiro Saraiva, Diretora do Pessoal. — Publique-se em 4-9-1967.
— Evandro Mendes Viana, Diretor-Geral.

COMISSÃO DE FINANÇAS

22ª REUNIÃO, REALIZADA EM 30 DE AGOSTO DE 1957

As 10 horas do dia 30 de agosto de 1957, na Sala das Comissões, sob a presidência do Sr. Argenirio de Figueiredo, presentes os Srs. João Cleofas, Mem de Sá, José Leite, Leandro Maciel, Manoel Villaga, Clodomir Millet, Fernando Corrêa, Oscar Passos, Pessoa de Queiroz, Julio Leite e Aurelio Viana reúnem-se a Comissão de Finanças.

Deixam de comparecer os Senhores Aloysio Branco, Siqueira Pacheco, Paulo Sampaio, Carvalho Pinto e Bezerra Neto.

É dispensada a leitura da ata da reunião anterior que é, em seguida, aprovada.

Inicialmente, usa da palavra o Senhor João Cleofas que requer o pronunciamento do Ministério da Fazenda no Projeto de Lei da Câmara número 76, de 1957, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de NCrs 600.000,00 (seiscentos mil cruzeiros novos), destinado à regularização de despesas da pessoal da Fundação Brasil Central.

A Comissão aprova a audiência.

A seguir, o Sr. Pessoa de Queiroz profere parecer favorável, aprovado por unanimidade pela Comissão, o Projeto de Lei da Câmara nº 78, de 1957, que revoga a Lei nº 4.553, de 10 de dezembro de 1964, que concede isenção de direitos de importação para materiais, máquinas e equipamentos adquiridos pela Refinaria de Petróleo de Mangueiras S. A., no Estado da Guanabara.

Proseguindo, o Sr. Mem de Sá oferece preliminar pela audiência dos Ministérios das Relações Exteriores e Fazenda sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 84, de 1957, que autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de NCrs 521.700,00 (quinhentos e vinte e um mil e setecentos e setenta e sete cruzeiros novos), para regularização da despesa que especifica.

O parecer é aprovado pela Comissão.

Em continuação, o Sr. Manoel Villaga lê os seguintes pareceres: — pelo arquivamento do Ofício RE-2.089 da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, encaminhado o Relatório Ceril relativo ao ano de 1954; e

— pela audiência do Ministério da Indústria e Comércio do Projeto de Lei do Senado nº 32, de 1957, que autoriza a Comissão Executiva do Sal a realizar convênio de financiamento de obras para produção da indústria salina.

A Comissão aprova os pareceres.

Finalmente, o Sr. Fernando Corrêa manifesta-se pelo pronunciamento da Comissão de Constituição e Justiça do Projeto de Lei da Câmara nº 81, de 1957, que trata do Imposto de Consumo os materiais importados para a Faculdade de Medicina do Rio Grande pela Fundação Cidade do Rio Grande.

A Comissão aprova a audiência solicitada.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Hugo Rodrigues Figueiredo, Secretário da Comissão, a presente ata que uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

REUNIÃO DAS COMISSÕES

Comissão de Agricultura

Relatório correspondente ao mês de agosto de 1957

Presidente: Senador José Ernâni

Secretário: J. Ney Pessoa Dantas

Pareceres proferidos

Número e Ementa — Relator —

Conclusão

Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 1957 que dispõe sobre a concessão

ATAS DAS COMISSÕES

são de empréstimos e financiamentos pelo Banco do Nordeste e dá outras providências. — Senador José Ernâni — Parecer pela rejeição. Aprovado em 8.8.57.

Síntese dos Trabalhos

Reuniões realizadas — 1 (uma).

Pareceres proferidos — 1 (um).

Projetos relatados — 1 (um).

Projetos em tramitação — 1 (um).

Ofícios expedidos — 2 (dois).

Ofícios recebidos — 2 (dois).

Telex recebido — 1 (um).

Senado Federal, 31 de agosto de 1957. — J. Ney Pessoa Dantas, Secretário da Comissão.

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório correspondente ao mês de agosto de 1957

Presidente: Senador Milton Campos. Secretária: Maria Helena Bueno Brandão.

Pareceres proferidos

Número e ementa — Relator — Conclusão

Projeto-Lei do Senado nº 39-67 — Modifica a redação do parágrafo único do art. 142 da Consolidação das Leis do Trabalho — Senador Bezerra Neto — Aprovado parecer pela constitucionalidade. (10-8-57.)

Ofício nº S-6-67 do Prefeito Municipal de Estelo (RS), solicitando autorização para contrair empréstimo externo e assinatura de contrato com o C.H.F. Mueller GMBH-Hamburgo (Alemanha Ocidental) para aquisição de equipamento hospitalar, no montante de D.M. 85.975. — Senador Bezerra Neto — Aprovado parecer pela constitucionalidade do Proj. Resolução da Com. Finanças. (10-8-57.)

Projeto-Lei do Senado nº 33-67 — Dispõe sobre a ocupação de próprios da União por servidores públicos federais — Senador Antônio Carlos — Aprovado parecer pela constitucionalidade com emenda substitutiva, votando com restrições o Sen. Aloysio de Carvalho. (10-8-57.)

Projeto Lei Senado nº 37-67 — Modifica a redação do art. 1º da Lei 5.285, de 5-5-57. — Senador Antônio Carlos. Aprovado parecer pelo arquivamento. (10-8-57.)

Projeto Lei Senado nº 43-67 — Autoriza o Poder Executivo a vender, aos seus ocupantes, casas da Universidade Rural, situadas no km 47, com emprégo do produto das vendas na construção de novas moradias. Senador Antônio Carlos. — Aprovado parecer pelo arquivamento. (10-8-57.)

Projeto-Lei do Senado nº 44-67 — Autoriza o Poder Executivo a vender, aos seus ocupantes, casas da Universidade Rural, situadas no km 47, com emprégo do produto das vendas na construção de novas moradias. — Senador Antônio Carlos — Aprovado parecer pelo arquivamento. (10-8-57.)

Projeto-Lei do Senado nº 8-67 — Modifica o item III do art. 178, da Lei nº 1.711, de 28-10-52 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União) — Senador Carlos Lindenberg — Aprovado parecer pela aprovação da emenda substitutiva da Com. Saúde e Subemenda da Com. Serv. Público. Vencidos os Sen. Wilson Gonçalves e Antônio Balbino que acompanharam o Sen. Aloysio de Carvalho com a seguinte declaração de voto: "contra a subemenda da Com. Serv. Público, uma vez que não atende a melhor técnica legislativa." (10 de agosto de 1957.)

Requerimento nº 612-67 do Sr. Senador Moura Palha, solicitando seja transmitido ao "O Jornal" pelo transcurso de seu quadragésimo aniversário, os votos de congratulações desta Casa — Senador Carlos Lindenberg — Aprovado parecer pela constitucionalidade, votando pela conclusão

são o Sen. Aloysio de Carvalho. (10 de agosto de 1957.)

Projeto-Lei do Senado nº 23-67 — Cria o Museu Diplomático do Itamarati e dá outras providências — Senador Antônio Carlos — Aprovado parecer pela inconstitucionalidade. (17 de agosto de 1957.)

Projeto-Lei do Senado nº 49-67 — Acrescenta parágrafo único ao art. 107 do Decreto-Lei nº 209, de 25 de fevereiro de 1957, que dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a reforma administrativa — Senador Antônio Carlos — Aprovado parecer pela inconstitucionalidade e juridicidade. (17 de agosto de 1957.)

Ofício nº 78-710-59 do Presidente do Supremo Tribunal Federal, sobre a inconstitucionalidade da Res. nº 148-53 do Prof. Adun de Niterói — Senador Aloysio de Carvalho — Aprovado parecer favorável com Projeto de Resolução. (17-8-57.)

Projeto-Lei do Senado nº 12-67 — Da nova redação dos arts. 166, 169, 163 e 181 da Lei nº 1.711, de 23-10-52 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União) — Senador Aloysio de Carvalho — Aprovado parecer pela inconstitucionalidade da emenda de Plenário. (17-8-57.)

Projeto-Lei do Senado nº 43-67 — Torna obrigatória a manutenção pelas Universidades e estabelecimentos isolados oficiais, dos cursos de extensão previstos no art. 69 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional — Senador Aloysio de Carvalho — Aprovado parecer pela constitucionalidade com 1ª emenda (17-8-57.)

Projeto-Lei do Senado nº 33-67 — Estabelece normas para a renúncia e tramitação no Congresso Nacional dos tratados e convenções celebrados pelo Presidente da República — Senador Aloysio de Carvalho — Aprovado parecer pelo arquivamento do projeto e da emenda substitutiva (17-8-57.)

Projeto, Decreto-Lei nº 8-67 — Mantém o ato do Tribunal de Contas da União, decretando a concessão de pensão a D.ª Martinha Monteiro da Silveira — Senador Aloysio de Carvalho — Aprovado parecer contrário, com Proj. Decreto-Lei nº 17-8-57.)

Requerimento nº 493-67 — do Senhor Sen. José Ernâni de Moraes, solicitando a organização do Comissão Mista destinada ao estudo de matéria de natureza tributária regulamentáveis por Leis Complementares — Senador Aloysio de Carvalho — Aprovado parecer pela constitucionalidade. (17-8-57.)

Projeto Lei Senado nº 50-67 — Declara de utilidade pública o "Cintulo dos Oficiais Intendentes das Forças Armadas", com sede no Rio de Janeiro, Estado da Guanabara. — Senador Antônio Balbino. — Aprovado parecer pela constitucionalidade. 17 de agosto de 1957.)

Projeto Lei Senado nº 41-67 — Altera a redação do inciso II do artigo 134 do Código Civil Brasileiro (Lei 3.071, de 1-1-1916). — Senador Antônio Balbino — Aprovado parecer pela constitucionalidade com um emenda. (17-8-57.)

Ofício nº 12-67, do Presidente do Supremo Tribunal Federal, sobre a inconstitucionalidade da Lei Estadual (São Paulo), 7.687, art. 3º — Senador Josephat Marinho — Aprovado parecer pela inconstitucionalidade com Projeto de Resolução. (17-8-57.)

Projeto-Lei da Câmara nº 19-57 — Altera a redação dos arts. 619 e 620 do Código do Processo Penal (Decreto-Lei nº 3.689 de 3-10-41) — Senador Aloysio de Carvalho — Aprovado parecer pela rejeição. (17-8-57.)

Projeto-Lei do Senado nº 16-67 — Que dispõe sobre a venda de imóveis comerciais de propriedade da Prefeitura do Distrito Federal e da Companhia Urbanizadora da Nova Capital — Senador Josephat Marinho — Aprovado parecer pela constitucionalidade com 1ª emenda. (17-8-57.)

Ofício nº 260-R, do Sr. Ministro-Relator do Supremo Tribunal Federal, solicitando as necessárias providências no sentido de ser concedida licença para o prosseguimento da Ação Penal nº 179, do Estado da Guanabara — Senador Aloysio de Carvalho — Secreta. (21-8-57.)

Projeto-Lei do Senado nº 5-67 (Lei Complementar) — Retoma a execução do disposto no art. 166, § 2º da Constituição Federal — Senador Josephat Marinho — 1ª rejeição da emenda substitutiva da Com. Serv. Público, votando com restrições o Senador Antônio Carlos. (21-8-57.)

Projeto-Lei do Senado nº 36-57 — Fixa o horário de funcionamento do serviço das superintendências do Plano Pleno, Distrito Federal — Senador Wilson Gonçalves — Pela constitucionalidade e juridicidade. Aprovado. (21-8-57.)

Consulta da Mesa a respeito da interpretação dada ao art. 53 parágrafo único da Constituição Federal (PRT nº 24-67) — Senador Ruy Palmeira — Aprovado parecer, concluindo por: a) o prazo de 90 dias, contados a partir da data da publicação do decreto com força de lei no Diário Oficial; b) a matéria será discutida em reuniões separadas da Câmara e do Senado; c) o deliberação do Congresso, será objeto de Decreto-legislativo. (24-8-57.)

Ofício nº 260-67-R, do Sr. Ministro-Relator do Supremo Tribunal Federal, solicitando as necessárias providências no sentido de ser concedida licença para o prosseguimento da Ação Penal nº 179, do Estado da Guanabara — Senador Aloysio de Carvalho — Secreta. (31-8-57.)

Projeto de Resolução nº 58-67 — Nomeia para cargos iniciais da carreira de Auxiliar-Legislativo: auditado; habilitados em concurso Fernando Erleym Dantas Alfeu Mazarin, Mendonça e Cândido Tippet — Senador Carlos Lindenberg — Aprovado parecer favorável. (31-8-57.)

Projeto-Lei do Senado nº 45-67 — Autoriza o Poder Executivo a conceder pensão à viúva do ex-parlamentar Walter Geraldo de Azevedo Albiade — Senador Bezerra Neto — Pela constitucionalidade com 1ª emenda substitutiva. Aprovado com declaração de voto dos Sen. Josephat Marinho e Carlos Lindenberg. (31-8-57.)

Projeto de Decreto-legislativo número 36-67 — Aprova o texto do Decreto-Lei nº 323, de 20-7-57 — Senador Carlos Lindenberg — Aprovado parecer pela constitucionalidade e juridicidade. (31-8-57.)

Distribuição

Em 2-8-57

Ao Senador Aloysio de Carvalho: Projeto de Lei do Senado nº 48-67 — Torna obrigatória a manutenção, pela Universidade e estabelecimentos isolados oficiais, dos cursos de extensão previstos no art. 69 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Ao Senador Josephat Marinho:

Projeto de Lei do Senado nº 49-67 — Dispõe sobre a venda de imóveis comerciais de propriedade da Prefeitura do Distrito Federal e da Companhia Urbanizadora da Nova Capital (NOVACAP.)

Ao Senador Antônio Carlos:

Projeto de Lei do Senado nº 47-67 — Acrescenta parágrafo único ao art. 167, do Decreto-Lei nº 209, de 25 de fevereiro de 1957 que dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a reforma administrativa e dá outras providências.

Projeto de Lei do Senado nº 17-67 — Preve o aproveitamento voluntário de candidatos habilitados em concurso público em cargos vagos de atribuições afins, para os quais não haja candidatos igualmente habilitados e dá outras providências.

Ao Senador Carlos Lindenberg:

Requerimento nº 612-67 — Do Senhor Sen. Moura Palha, solicitando seja transmitido ao "O Jornal do Brasil", pelo transcurso do seu quadragésimo oitavo aniversário os votos de congratulações desta Casa.

Ao Senador Rui Palmeira:

Requerimento nº 636-67 — Do Senhor Sen. Carlos Lindenberg, solicitando um voto de congratulações com os dirigentes, funcionários e operários da Cia. Vale do Rio Doce, pelo transcurso do seu Jubileu de Prata.

Ao Senador Antônio Balbino:

Projeto de Lei do Senado nº 47-67 — Dispõe sobre a heveicultura, o cultivo e a preservação de espécies botânicas, na Região Amazônica, e dá outras providências.

Em 3 de agosto de 1967

Ao Senador Rui Palmeira:

Projeto de Lei da Câmara nº 125-66 — Autoriza a Fábrica Nacional de Motores a alienar, às Igrejas ou o desejarem, as áreas de sua propriedade ocupadas com as construções dos templos daquelas, situados em Mantigueira, Caxias, Estado do Rio de Janeiro

Ao Senador Josaphat Marinho:

Projeto de Lei da Câmara nº 41-67 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, o crédito especial de NCR\$ 5 000 000, destinado a atender às despesas de instalação da sua nova sede e de 6 Juntas de Conciliação e Julgamento, em Porto Alegre Estado do Rio Grande do Sul.

Ao Senador Aloysio de Carvalho:

Projeto de Decreto Legislativo número 6-67 — Mantém o ato do Tribunal de Contas da União, denegatório do registro da concessão de pensão a D^a Maria da Monteiro da Silveira.

Em 4 de agosto de 1967

Ao Senador Antônio Balbino:

Projeto de Lei do Senado nº 17-67 — Prevê o aproveitamento voluntário de candidatos habilitados em concurso público em cargos vagos de atribuições afins, para os quais não haja candidatos igualmente habilitados.

Em 8 de agosto de 1967

Ao Senador Aloysio de Carvalho:

Ofício DAI-DJ-519 31 (42) (00). Remessa e tramitação dos tratados e convenções no Congresso Nacional

Projeto de Resolução nº 96 de 1964 — Of. nº 876-P, de 23-10-64, do Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal encaminhando cópia autenticada do acórdão do Recurso de Mandado de Segurança nº 13.250, que decretou a inconstitucionalidade da Lei nº 2.772, de 21 de julho de 1961, do Estado de Santa Catarina.

Projeto de Resolução nº 5-65 — Of. nº 993-P, de 13-11-64, do Presidente do Supremo Tribunal Federal, encaminhando cópia autenticada do acórdão do Recurso de Mandado de Segurança nº 13.121, do Estado de Santa Catarina.

Ao Senador Carlos Lindenberg:

Projeto de Lei do Senado nº 8-67 — Modifica o item III do art. 178 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União.)

Projeto de Resolução nº 58-67 — Nomeia para cargos iniciais da carreira de Auxiliar-Legislativo, candidatos habilitados em concurso Fernando Estevam Dantas, Alfeu Magalhães Mendonça e Cândido Eipper.

Em 9 de agosto de 1967

Ao Senador Antônio Balbino:

Projeto de Lei do Senado nº 50-67 — Declara de utilidade pública o "Circulo dos Oficiais Intendentes das For-

ças Armadas", com sede no Rio de Janeiro, Estado da Guanabara.

Ao Senador Bezerra Neto:

Ofício nº S-6-67 — Do Prefeito Municipal de Es. São (RS), solicitando autorização para contrair empréstimo externo e assinatura do contrato com a C.H.F. Mueller GmbH — Hamburgo (Alemanha Ocidental), para aquisição de equipamentos hospitalares no montante de D.M. 85.975.

Ao Senador Aloysio de Carvalho:

Requerimento nº 496-67 — Do Senhor Senador José Ermirio, solicitando a organização de Comissão Mista, destinada ao estudo de matérias de natureza tributária regulamentáveis por Leis Complementares.

Ao Senador Antônio Carlos:

Projeto de Lei da Câmara nº 169-67 — Cria o Fundo de Ensino Marítimo

Ao Senador Josaphat Marinho:

Projeto de Lei da Câmara nº 67-67 — Abre ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região — o crédito suplementar de NCR\$ 660.000,00 para reforço de dotações orçamentárias que especifica.

Em 11 de agosto de 1967

Ao Senador Aloysio de Carvalho:

Projeto de Lei do Senado nº 12-67 — Dá nova redação aos arts. 176, 180, 183 e 184 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União.)

Projeto de Lei do Senado nº 79-67 — Altera a redação dos arts. 619 e 620 do Código do Processo Penal (Decreto-lei nº 3.689, de 3-10-41.)

Em 16 de agosto de 1967

Ao Senador Josaphat Marinho:

Projeto de Lei do Senado nº 7-67 — (Lei Complementar) — Regula a execução do disposto no art. 16, § 2º, da Constituição Federal.

Ao Senador Carlos Lindenberg:

Ofício nº 272-P, de 25-3-67 — Do Supremo Tribunal Federal, encaminhando cópia autenticada do acórdão proferido nos autos do Recurso de Mandado de Segurança nº 13.238 Tabacos Blumenau S/A e o Estado de Santa Catarina, que declarou inconstitucionalidade do art. 11, III, "b", do Estado de Santa Catarina número 2.772, de 21-7-67 com a redação da Lei nº 2.999, de 1961.

Em 22 de agosto de 1967

Ao Senador Antônio Carlos:

Projeto de Lei da Câmara nº 130-64 — Dispõe sobre o salário mínimo, a jornada de trabalho e as férias anuais remuneradas dos advogados e dá outras providências.

Ao Senador Josaphat Marinho:

Ofício nº 14-P-MC de 1-3-67 do Presidente do Supremo Tribunal Federal, encaminhando cópia autenticada do acórdão proferido nos autos do Recurso Ordinário em Mandado de Segurança nº 15.471, do Estado de São Paulo, que declarou a inconstitucionalidade da Lei nº 3.085, de 27 de agosto de 1964, do Município de Campinas.

Ao Senador Wilson Gonçalves:

Projeto de Resolução nº 60, de 1967 — Que dispõe sob e aposentadoria especial aos taquígrafos que, contarem 25 anos de efetivo exercício na função ou 65 anos de idade.

Ao Senador Rui Palmeira:

Projeto de Lei do Senado nº 51-67 — Dispõe sobre investimentos na Amazônia e no Nordeste.

Ao Senador Bezerra Neto:

Ofício nº 15-P-MC, de 2-8-67, do Presidente do Supremo Tribunal Federal, encaminhando cópia autenticada do acórdão proferido nos autos do

Recurso Extraordinário nº 55.939, do Estado de Minas Gerais, que declarou a inconstitucionalidade da Lei número 2.560, de 28-12-61.

Ao Senador Antônio Balbino:

Ofício nº 16-P-MC, de 2-8-67, do Presidente do Supremo Tribunal Federal, encaminhando cópia autenticada de acórdão proferido nos autos da Representação nº 653, do Estado de Goiás, que declarou a inconstitucionalidade da Lei nº 4.923, de 25-5-64.

Em 25 de agosto de 1967

Ao Senador Carlos Lindenberg:

Projeto de Lei do Senado nº 21-67 — Revoga o Decreto-lei nº 127, de 2 de fevereiro de 1967.

Ao Senador Antônio Carlos:

Projeto de Lei do Senado nº 52-67 — Revoca, por dois anos, o prazo da Lei nº 3.841, de 15-12-60 que dispõe sobre a contagem recíproca, para efeito de aposentadoria do tempo de serviço prestado por funcionários à União, às Autarquias e às Sociedades de Economia Mista.

Ao Senador Rui Palmeira:

Ofício SP-224-67, do Presidente do Senado, consultando a CCJ, sobre a questão de ordem, levantada pelo Senador Josaphat Marinho "sobre como pode o Congresso Nacional admitir o curso da proposta orçamentária e como, no exame dela, devem ser preservadas as competências da Câmara dos Deputados e do Senado da República.

Em 29 de agosto de 1967

Ao Senador Wilson Gonçalves:

Projeto de Decreto Legislativo número 35-67 — Aprova o Acordo entre o Governo da República Portuguesa, para a Cooperação na Utilização da Energia Nuclear para fins pacíficos, assinado no Rio de Janeiro, em 18 de junho de 1965.

Ao Senador Carlos Lindenberg:

Projeto de Decreto Legislativo número 36-67 — Aprova o texto do Decreto-lei nº 328, de 20-7-67.

Ao Senador Rui Palmeira:

Projeto de Lei da Câmara nº 82-67 — Revoga o Decreto-lei nº 142, de 2 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre o Plano Rodoviário Nacional.

Em 30 de agosto de 1967

Ao Senador Carlos Lindenberg:

Projeto de Lei da Câmara nº 81-67 — Isenta do Imposto de Consumo os materiais importados para a Faculdade de Medicina de Rio Grande pela Fundação Cidade do Rio Grande.

Em 31 de agosto de 1967

Ao Senador Antônio Balbino:

Projeto de Lei da Câmara nº 77-67 — Isenta as instituições beneficentes e de utilidade pública de contribuição à Previdência Social.

Resumo

Reuniões:

Ordinárias	—
Extraordinárias	4
Projetos relatados	30
Projetos distribuídos	38
Ofícios expedidos	9
Ofícios recebidos	3
Diligências	8
Pedidos de vista	—
Publicações para estudo	—
Emendas apresentadas	2
Substitutos apresentados	2
Projetos de resolução apresentados	2
Projetos de Decreto Legislativo apresentados	1

Brasília, 31 de agosto de 1967. —

Maria Helena Bueno Brandão, Oficial-Legislativo, PL-5 — Secretária da Comissão de Constituição e Justiça.

Comissão de Economia

Relatório correspondente ao mês de agosto de 1967

Presidente: Senador Carvalho Pinto.
Secretário: Claudio Carlos Rodrigues da Costa.

Pareceres Proferidos

Número e Ementa — Relator — Conclusão

Projeto de Lei da Câmara nº 58, de 1967 — Isenta dos Impostos de Importação e de Consumo, pelo prazo de um ano, materiais destinados à fabricação de Centrais Telefônicas Automáticas — Senador Lino de Matos — Favorável, aprovado em 8 de agosto de 1967.

Projeto de Lei da Câmara nº 287, de 1966 — Isenta dos impostos de importação e de consumo materiais destinados à fabricação de café solúvel, a serem importados pela firma "Café Solúvel Vigor Limitada" — Senador Mário Martins — Favorável, aprovado em 30 de agosto de 1967.

Resumo dos Trabalhos

Reuniões: ordinárias	1
Extraordinárias	1
Projetos relatados	2
Ofícios expedidos	1
Ofícios recebidos	7
Telex recebido	1
Diligências	1
Documentos anexados ao projeto 13	1

Brasília, 1º de agosto de 1967. — Cláudio Carlos Rodrigues Costa, Secretário da Comissão de Economia.

Comissão de Educação e Cultura

Relatório correspondente ao mês de agosto de 1967

Presidente: Senador Menezes Pimentel.

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa.

Pareceres Proferidos

Número e Ementa — Relator — Conclusão

Projeto de Decreto Legislativo número 33, de 1967 — Aprova o Acordo entre o Brasil e o Fundo das Nações Unidas (FISI) assinado em Nova York, em 28 de março de 1966. — Senador Mem de Sá. — Pela análise e a manifestação das Comissões de Saúde e de Relações Exteriores. Aprovado em 9-8-67.

Projeto de Lei do Senado nº 11, de 1967 — Dispensa das escalas de serviço os estudantes em serviço militar e os que tenham profissão militar, nos dias de prova ou de exame. — Senador Aloysio de Carvalho — Por diligência ao Ministério da Educação. Aprovado em 9-8-67.

Projeto de Lei do Senado nº 34, de 1967 — Autoriza a emissão de selos comemorativos da retomada de Corumbá. — Senador Duarte Filho. — Favorável. Aprovado em 24-8-67.

Projeto de Lei do Senado nº 48, de 1967 — Torna obrigatório a manutenção, pelas Universidades e estabelecimentos isolados oficiais, dos cursos de extensão previstos no art. 69 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. — Senador Mem de Sá. — Por anuência do Ministério da Educação e ao Conselho Federal de Educação. Aprovado em 31-8.

Distribuição

Em 1 de agosto de 1967

Ao Senador Aloysio de Carvalho:

Projeto de Lei do Senado nº 11, de 1967 — Dispensa das escalas de serviço os estudantes em serviço militar e os que tenham profissão militar, nos dias de prova ou de exame.

Ao Senador Mem de Sá:

Projeto de Decreto Legislativo número 33, de 1967 — Aprova o Acordo entre o Brasil e o Fundo das Nações Unidas (FISU) assinado em Nova York, em 28 de março de 1966.

Em 9 de agosto de 1967

Ao Senador Duarte Filho:

Projeto de Lei do Senado nº 34, de 1967 — Autoriza a emissão de selos comemorativos da retomada de Curitiba.

Em 16 de agosto de 1967

Ao Senador Lino de Mattos:

Projeto de Lei da Câmara nº 80, de 1967 — Cria o Serviço Nacional de Bibliotecas Municipais e das outras providências.

Em 21 de agosto de 1967

Ao Senador Mem de Sá:

Projeto de Lei do Senado nº 48, de 1967 — Torna obrigatório a manutenção, pelas Universidades e estabelecimentos isolados oficiais, dos cursos de extensão previstos no art. 69 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Redistribuição

Em 30 de agosto de 1967

Ao Senador Duarte Filho:

Projeto de Lei da Câmara nº 80, de 1967 — Cria o Serviço Nacional de Bibliotecas Municipais e das outras providências.

Resumo dos Trabalhos

Reuniões Ordinárias	2
Extraordinárias	1
Projetos relatados	4
Projetos distribuídos	5
Projetos redistribuídos	1
Ofícios expedidos	11
Diligências	2

Brasília, 1º de setembro de 1967. — **Claudio Carlos Rodrigues Costa**, Secretário da Comissão de Educação e Cultura.

Comissão de Finanças**RELATÓRIO CORRESPONDENTE AO MÊS DE AGOSTO DE 1967**

Presidente: Senador Argemiro de Figueiredo.
Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo.

Pareceres proferidos

Número e Emenda — Relator — Conclusão

Projeto de Lei do Senado nº 46-64, que dispõe sobre a elaboração de projeto para construção de usina termelétrica no Porto de Tubarão Vitória, Estado do Espírito Santo. — Senador Adolpho Franco — Favorável ao substitutivo da Comissão de Minas e Energia.

Aprovado em 9-8-67, contra o voto do Sr. Sen. José Ermirio.

Projeto de Resolução, ao Ofício número S-6, de 1967, do Sr. Prefeito Municipal de Esteio (RS) solicitando autorização para contrair empréstimo externo — assinatura de contrato com a C.H.F. Müller GMBH-Hamburgo (Alemanha Ocidental) para aquisição de equipamentos hospitalares, no montante de D.M. 25.975 — Senador Mem de Sá — Parecer favorável apresentado Projeto de Resolução. Aprovado em 9-8-67.

Projeto de Decreto Legislativo número 33, de 1967, que aprova o acordo entre o Brasil e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (FISU) — assinado em Nova York, em 28 de março de 1966 — Senador Clodomir Millet — Parecer favorável. Aprovado em 9-8-67.

Projeto de Lei da Câmara nº 73-37, que modifica o Decreto-lei nº 248, de 28 de fevereiro de 1967, que institui

a Política de Saneamento Básico e cria o Conselho Nacional de Saneamento Básico, e dá outras providências. — Senador Fernando Corrêa — Favorável ao substitutivo da Comissão de Projetos do Executivo. Aprovado com restrições dos Srs. Senadores Lino de Mattos e Lino de Mattos em 9-8-67.

Projeto de Lei da Câmara nº 163-63, que cria o Fundo de Ensino Marítimo. — Senador José Leite — Audiência da CCJ. Aprovado em 9-8-67.

Projeto de Lei da Câmara nº 67-67, que abre ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região — o crédito suplementar de NCr\$ 660.000,00, para reforço de dotações orçamentárias que especifica. — Senador Bezerra Neto. — Audiência da CCJ. Aprovado em 9-8-67.

Requerimento nº 496, de 1967, do Sr. Senador José Ermirio, solicitando a organização de Comissão Mista destinada ao estudo de matérias de natureza tributária regulamentáveis por Leis Complementares, bem como ao seu pronunciamento pela Comissão de Constituição e Justiça. — Senador Bezerra Neto — Favorável. Aprovado em 9-8-67.

Projeto de Lei da Câmara nº 46-67, que concede aos funcionários do extinto Território do Acre o direito de retorno aos serviços da União. — Senador Bezerra Neto — Favorável com emenda. Com abstenção do Sr. Mem de Sá o parecer é aprovado em 9-8 de 1967.

Projeto de Lei da Câmara nº 58-67, que concede isenção, pelo prazo de 1 ano, dos impostos de importação e de consumo, para a importação de materiais destinados à fabricação, no País, de centrais telefônicas automáticas. — Senador Argemiro de Figueiredo. — Parecer favorável aprovado por unanimidade em 9-8-67.

Projeto de Lei da Câmara nº 76-67, autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de NCr\$ 600.000,00 destinado à regularização de despesas de pessoal da Fundação Brasil Central. — Senador João Cleofas — Audiência ao Ministério da Fazenda. Aprovado em 30-8-67.

Projeto de Lei da Câmara nº 78-67, revoga a Lei nº 4.555, de 10 de dezembro de 1964, que concede isenção de direitos de importação para materiais, máquinas e equipamentos adquiridos pela Refinaria de Petróleo de Manguinhos S.A., no Estado da Guanabara. — Senador Pessoa de Queiroz — Parecer favorável aprovado em 30-8 de 1967.

Ofício RE 2.099 Ref. GSO-583, do Superintendente da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, encaminhando o Balanço Geral relativo ao ano de 1944. — Senador Manoel Villaca — Parecer pelo arquivamento. Aprovado em 30-8-67.

Projeto de Lei da Câmara nº 81-67, isenta do Imposto de Consumo os materiais importados para a Faculdade de Medicina do Rio Grande pela Fundação Cidade do Rio Grande. — Senador Fernando Corrêa — Audiência da CCJ. Aprovado em 30-8-67.

Projeto de Lei do Senado nº 32-67, autoriza a Comissão Executiva do Sal a realizar convênios de financiamento de obras para proteção da indústria açucarieira. — Senador Manoel Villaca — Audiência do Ministério da Indústria e Comércio. Aprovado em 30-8 de 1967.

Projeto de Lei da Câmara nº 84-67, autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de NCr\$ 521.700,00, para regularização da despesa que especifica. — Senador Mem de Sá — Audiência dos Ministérios da Fazenda e Relações Exteriores.

Diretoria das Comissões, em 30 de agosto de 1967. — **Hugo Rodrigues Figueiredo**, Secretário.

Síntese do Relatório do mês de agosto de 1967

Número de reuniões realizadas ..	2
Número de reuniões secretas	2

Número de pareceres proferidos ..	17
Número de projetos relatados	13
Número de projetos distribuídos ..	14
Número de projetos apresentados. .	1
Número de ofícios expedidos	6
Número de ofícios recebidos	6

Comissão de Finanças, em 30 de agosto de 1967. — **Hugo Rodrigues Figueiredo**, Secretário.

Comissão de Indústria e Comércio**RELATÓRIO CORRESPONDENTE AO MÊS DE AGOSTO DE 1967**

Presidente: Senador Ney Braga.
Secretário: Maria Helena Bueno Brandão.

Pareceres proferidos

Número e Emenda — Relator — Conclusão

Projeto de Lei do Senado nº 32-67 — Autoriza a Comissão Executiva do Sal a realizar convênios de financiamento de obras para proteção da indústria salinícola. — Senador Domício Gondim. — Aprovado parecer favorável (17-8-67).

Distribuição

29-8-67

Ao Senador José Ermirio:

Projeto de Lei do Senado nº 33-67 — Fixa o horário de funcionamento do comércio nas superquadras do Plano Piloto, Distrito Federal.

Resumo

Reuniões Ordinárias	1
Projetos Relatados	1
Projetos Distribuídos	2
Brasília, 31 de agosto de 1967. — Maria Helena Bueno Brandão Secretária da Comissão de Indústria e Comércio.	

Comissão de Legislação Social**RELATÓRIO CORRESPONDENTE AO MÊS DE AGOSTO DE 1967**

Presidente: Senador Petrônio Portela.
Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto.

Pareceres proferidos

Número e Emenda — Relator — Conclusão

PLC nº 24-63 — "Cria o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Agrários" (IAPA) — Senador Júlio Leite — Parecer pelo arquivamento. Aprovado. Relatado em 29-8-67.

PLC nº 77-67 — "Isenta as instituições beneficentes e de utilidade pública de contribuição à Previdência Social" — Senador Manoel Villaca — Parecer preliminar pela audiência da Comissão de Constituição e Justiça. Relatado em 29-8-67.

PLS nº 10-66 — "Altera a redação do art. 22 do Decreto-lei nº 7.036, de 10 de novembro de 1944". — Senador Manoel Villaca — Parecer pelo arquivamento. Aprovado. Relatado em 29-8 de 1967.

PLS nº 13-67 — "Altera o parágrafo 1º do artigo 11 da Lei nº 4.494, de 25 de novembro de 1964, e acrescenta-lhe novo parágrafo". — Senador José R. Leite — Parecer favorável. Aprovado. Relatado em 29-8-67.

PLC nº 77-67 — Isenta as instituições beneficentes e de utilidade pública de contribuição à Previdência Social. — Senador Manoel Villaca. — Distribuído em 2-8-67.

PLS nº 13-67 — Altera o parágrafo 1º do artigo 11 da Lei nº 4.494, de 25 de novembro de 1964, e acrescenta-lhe novo parágrafo. — Senador José R. Leite. — Distribuído em 9-8-67.

PLC nº 24-63 — Cria o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Agrários. (IAPA). — Senador Júlio Leite. — Redistribuído em 14-8-67.

PLS nº 39-67 — Modifica a redação do art. 142 da Consolidação das Leis do Trabalho. — Senador Bezerra Neto — Distribuído em 14-8-67.

Síntese

Projetos distribuídos: (quatro)
Projetos relatados: (quatro).
Cláudio I. C. Leal, Secretário.

Comissão de Projetos do Executivo**RELATÓRIO CORRESPONDENTE AO MÊS DE AGOSTO DE 1967**

Presidente: Senador Wilson Gonçalves.
Secretário: Afrânio Cavalcanti Melo Júnior.

Pareceres proferidos

Número e Emenda — Relator — Conclusão

Projeto de Lei da Câmara nº 73-67 — Modifica o Decreto-lei nº 248, de 28 de fevereiro de 1967 que institui a Política Nacional de Saneamento Básico e cria o Conselho Nacional de Saneamento Básico e dá outras providências. — Senador Antônio Carlos — Parecer favorável, com emenda substitutiva. Aprovado, tendo o Senador Mem de Sá votado com restrições. Em 8-8-67.

Projeto de Lei da Câmara nº 78-67 — Revoga a Lei nº 4.555, de 10 de dezembro de 1964, que concede isenção de direitos de importação para materiais, máquinas e equipamentos adquiridos pela Refinaria de Petróleo de Manguinhos S.A., Guanabara. — Senador Antônio Carlos — Parecer favorável. Aprovado. Em 22-8-67.

Projeto de Lei da Câmara nº 73-67 — Modifica o Decreto-lei nº 248, de 27 de fevereiro de 1967, que institui a Política Nacional de Saneamento Básico e cria o Conselho Nacional de Saneamento Básico e dá outras providências. — Senador Antônio Carlos — Parecer favorável às emendas números 1, 3 e 4 e contrário às emendas ns. 2, 5 e 6 de plenário, tendo o Senador Mem de Sá votado favoravelmente às emendas 2 e 5. Em 22-8-67.

Relatório correspondente ao mês de agosto de 1967**Síntese**

Reuniões realizadas	2
Projetos relatados	3
Projetos distribuídos	5
Emendas Substitutivas apresentadas	1
Brasília, 31 de agosto de 1967. — Afrânio Cavalcanti Melo Júnior , Secretário.	

Comissão de Redação**RELATÓRIO CORRESPONDENTE AO MÊS DE AGOSTO DE 1967**

Presidente: Senador José Feliciano.
Secretário: Mário Nelson Duarte.

Pareceres proferidos

Número e Emenda — Relator — Conclusão

Redação Final do PR nº 53-67, que "suspende a execução do art. 11, inciso 7º, alínea "a", da Lei nº 2.772, de 21 de julho de 1961, do Estado de Santa Catarina". — Sen. José Leite — Aprovado. Em 3-8-67.

Redação Final do PR nº 54-67, que "suspende a execução da Lei nº 824, de 30 de agosto de 1965, do Estado da Guanabara". — Sen. José Leite — Aprovado. Em 3-8-67.

Redação Final do PR nº 86-64, que "suspende a execução da Lei nº 2.772, de 21 de julho de 1961, do Estado de Santa Catarina". — Sen. José Leite — Aprovado. Em 3-8-67.

Redação Final do PLC nº 72-67 (número 155-B-67, na Câmara), que "acresce de um item o art. 7º da Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964, que dispõe sobre o imposto de consumo e reorganiza a Diretoria de Rendimentos Internos, alterado pelo Decreto-lei nº 34, de 18 de novembro de 1966". — Sen. Bezerra Neto — Aprovado. Em 4-8-67.

Redação do Vencido, para segundo turno, do PLS 38-67, que "dispõe sobre a prorrogação de prazo de divi-

das pelo Banco da Amazônia S.A. — Sen. Carlos Lindenberg — Aprovado. Em 7-8-67.

Redação do Vencido, para segundo turno, do PLS 15-67, que "dispõe sobre as comemorações do centenário de Nilo Peçanha e dá outras providências". — Sen. Carlos Lindenberg — Aprovado. Em 7-8-67.

Redação Final do PDL nº 34-67, que "aprova o texto do Decreto-lei nº 327, de 11 de maio de 1967". — Sen. Antônio Carlos. — Aprovado. Em 8-8 de 1967.

Redação do Vencido para turno suplementar do Substitutivo do Senado ao PDL 7-67 (nº 292-A-66 na Câmara), que "mantém o ato do Tribunal de Contas, denegatório de registro à concessão de reforma ao Sargento José Porto da Cruz". — Sen. José Leite — Aprovado. Em 9-8-67.

Redação do Vencido para turno suplementar do substitutivo do Senado ao PLC nº 73-67 (nº 153-B-67, na Câmara), que "institui a política Nacional de Saneamento Básico e Cria o Conselho Nacional de Saneamento Básico e dá outras providências". — Sen. José Leite — Aprovado. Em 9-8-67.

Redação Final do PDL 41-66 (número 80-A-61, na Câmara), que "aprova as contas do Presidente da República, relativas ao exercício de 1960". — Sen. José Leite — Aprovado. Em 9-8-67.

Redação do Vencido, para segundo turno, do PLS 136-63, que "reconhece e fixa a jurisdição das Ilhas Oceânicas de Trindade e Martin Vaz, do Atol das Rocas, e dos Penedos de São Pedro e São Paulo". — Sen. Duarte Filho. — Aprovado. Em 14-8-67.

Redação Final do PLC nº 59-67 (número 1.438-C-60 na Câmara), que "concede, pelo prazo de um ano, isenção dos impostos de importação e sobre produtos industrializados, para material destinado à fabricação, no País, de centrais telefônicas automáticas".

Redação Final do substitutivo do Senado ao PLC 73-67 (nº 156-B-67, na Câmara), que "modifica o Decreto-lei nº 248, de 28 de fevereiro de 1967, que institui a Política Nacional de Saneamento Básico e cria o Conselho Nacional de Saneamento Básico e dá outras providências". — Sen. Duarte Filho — Aprovado. Em 28-8-67.

Redação Final do PLC 59-67 (número 8-B-59, na Câmara), que "concede isenção dos impostos de importação e sobre produtos industrializados para material importado pela Companhia Telefônica Brasileira, de Ponte Nova, Estado de Minas Gerais". — Sen. José Leite. Aprovado. Em 28-8-67.

Redação Final da Emenda do Senado ao PDL nº 27-67 (nº 306-A-67, na Câmara), que "aprova a Convenção

sobre a Nacionalidade da Mulher Casada, adotada pela Resolução nº 1.040 (XI) da Assembleia Geral das Nações Unidas, a 20 de fevereiro". — Sen. José Leite — Aprovado. Em 29-8-67.

Redação Final do PLS nº 16-67, que "dá nova redação ao artigo único da Lei nº 781, de 17 de agosto de 1949, que institui o "Dia Nacional de Ação de Graças". — Sen. José Leite. — Aprovado. Em 29-8-67.

Redação Final do PR nº 59-67, que "autoriza a Prefeitura Municipal de Estelô, Rio Grande do Sul, a obter financiamento no exterior". — Sen. José Leite — Aprovado. Em 29-8-67.

Redação Final do PR nº 48-67, que "declara sem efeito, em parte, o artigo 107 da Constituição de 9 de julho de 1967, do Estado de São Paulo". — Sen. José Leite — Aprovado. Em 29-8 de 1967.

Síntese dos Trabalhos realizados pela Comissão no mês de agosto de 1967

Reuniões Ordinárias	1
Reuniões Extraordinárias	8

Total de Reuniões	9
Projetos Distribuídos	18
Projetos Relatados	18

Brasília, 31 de agosto de 1967.
Mário Nelson Duarte, Secretário.

Comissão de Serviço Público Civil

Relatório correspondente ao mês de agosto de 1967.

Presidente: Senador Vasconcelos Torres
Secretário: J. Ney Passos Dantas

Pareceres Proferidos

Número e Ementa — Projeto de Lei do Senado nº 30, de 1964, que "dispõe sobre a unificação e descentralização da Previdência Social e dá outras providências."

(Autor: Senador Edmundo Levi) — Relator — Senador Arnon de Mello — Conclusão — Parecer pela audiência da CLS — Aprovado em 24-8-67.

Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 1967, que "concede aos funcionários do extinto Território do Acre o direito de retorno aos serviços da União." — Senador Arnon de Mello — Parecer pela aprovação com a emenda de nº 1-CF.

Projeto de Lei do Senado nº 33, de 1967, que "Dispõe sobre ocupação de próprios da União por servidores públicos federais e dá outras providências." (Autor: Senador Mário Martins) — Relator — Senador Arnon de Mello — Parecer pela aprovação do substitutivo oferecido pela CCJ.

Projeto de Lei do Senado nº 37, de 1967, que "Modifica a redação do ar-

tigo 1º da Lei nº 5.285, de 5 de maio de 1967 e dá outras providências." (Autor: Senador Eurico Rezende) — Relator — Senador Arnon de Mello — Parecer pelo arquivamento em face do apresentado ao PLS 33-67.

Projeto de Lei do Senado nº 43, de 1967, autoriza o Poder Executivo a vender, aos seus ocupantes, casas da Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda, Estado do Rio de Janeiro, com emprego do produto das vendas na construção de novas moradias." (Autor: Senador Vasconcelos Torres) — Relator Arnon de Mello — Parecer pelo arquivamento em face do oferecido ao PLS 33-67.

Projeto de Lei do Senado nº 44, de 1967, que "Autoriza o Poder Executivo a vender, aos seus ocupantes, casas da Universidade Rural, situadas no km 47, com emprego do produto das vendas na construção de novas moradias." (Autor: Senador Vasconcelos Torres) — Relator — Senador Arnon de Mello — Parecer pelo arquivamento em face do oferecido ao PLS 33-67.

Projeto de Lei da Câmara nº 65, de 1967, que "Altera o item III, do art. 178, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952 (Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis da União) — Senador Paulo Torres — Parecer pela rejeição, aprovado em 31.8.67.

Distribuição

Em 9.8.67

Advogado, pelo Sr. Senador Arnon de Mello, Vice-Presidente, no exercício da Presidência:

Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 1967, que "concede aos funcionários do extinto Território Federal do Acre o direito de retorno aos Serviços da União".

Em 14.8.67

Advocadas, pelo Sr. Senador Arnon de Mello, as seguintes proposições, em tramitação conjunta:

Projeto de Lei do Senado nº 33, de 1967, que "Dispõe sobre ocupação de próprios da União por servidores públicos federais e dá outras providências;"

Projeto de Lei do Senado nº 37, de 1967, que "Modifica a redação do art. 1º da Lei nº 5.285, de 5 de maio de 1967 e dá outras providências;"

Projeto de Lei do Senado nº 43, de 1967, que "Autoriza o Poder Executivo a vender, aos seus ocupantes, casas da Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda, Estado do Rio de Janeiro, com emprego do produto das vendas na construção de novas moradias;" e

Projeto de Lei do Senado nº 44, de 1967, que "Autoriza o Poder Executivo a vender, aos seus ocupantes, casa-

da Universidade Rural, situadas no km. 47, com emprego do produto das vendas na construção de novas moradias."

Em 18.8.67

Ao Senhor Senador Lino de Matos:

Projeto de Lei do Senado nº 49, de 1967, que "Acrésceta parágrafo único do art. 107, do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a organização Administrativa Federal, e dá outras providências."

Síntese dos Trabalhos

Reuniões realizadas — 2 (duas)
Pareceres proferidos — 7 (sete)
Projetos relatados — 7 (sete)
Projetos distribuídos — 6 (seis)
Projetos em tramitação — 1 (um)
Ofícios expedidos — 2 (dois)

Senado Federal, 31 de agosto de 1967 — J. Ney Passos Dantas, Secretário da Comissão.

Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas

Relatório correspondente ao mês de agosto de 1967

Presidente: Senador José Leite.
Secretário: Carmelita de Sousa.

Pareceres proferidos

Número e Ementa — Relator — Conclusão

Aviso nº 694-GM, de 9 de novembro de 1965, do Sr. Ministro da Viação e Obras Públicas, encaminhando o Relatório Trimestral de Obras do DNER, e a Resolução do Conselho Rodoviário Nacional. — Senador José Leite. — p/ arquivamento. — Aprovado, em 9 de agosto de 1967.

Projeto de Lei do Senado nº 34-67, que "autoriza a emissão de selos comemorativos da retomada de Corumbá". — Senador José Leite. — p/ aprovação. — Aprovado, em 9 de agosto de 1967.

Projeto de Lei do Senado nº 20-66, que "estabelece diretrizes para concessão de licença para serviço de transporte coletivo de passageiros em rodovias da União". — Senador José Leite. — p/ aprovação c/ emendas de ns. 1 a 5 aos arts. 1º e 3º. — Aprovado, em 29 de agosto de 1967.

Síntese do Relatório do mês de agosto de 1967

Reuniões — 2.

Pareceres proferidos — 3.

Brasília, 31 de agosto de 1967. — Carmelita de Sousa, Secretária.

MESA

Presidente — Moura Andrade — (ARENA — SP)
 1º Vice-Presidente — Nogueira da Gama — (MDB — MG)
 2º Vice-Presidente — Gilberto Marinho — (ARENA — GB)
 1º Secretário — Dinarte Mariz — (ARENA — RN)
 2º Secretário — Victorino Freire — (ARENA — MA)
 3º Secretário — Edmundo Levi — (MDB — AM)
 4º Secretário — Cattete Pinheiro — (ARENA — PA)
 1º Suplente — Attilio Fontana — (ARENA — SC)
 2º Suplente — Guido Mondim — (ARENA — RS)
 3º Suplente — Sebastião Archer — (MDB — MA)
 4º Suplente — Raul Gluberti — (ARENA — ES)

Liderança

DO GOVERNO

Líder — Daniel Krieger — (ARENA — RS)

Vice-Líderes:

Paulo Sarasate (ARENA — CE) Eurico Rezende — (ARENA — ES)

DA ARENA

DO MDB

Líder — Filinto Müller — (MT) Líder — Aurélio Vianna — (GB)

Vice-Líderes:

Vice-Líderes:

Wilson Gonçalves — (CE)
 Antônio Carlos — (SC)
 Rui Palmeira — (PB)
 Manoel Vilaca — (RN)
 Vasconcellos Torres — (RJ)
 Bezerra Neto — (MT)
 Adalberto Senna — (ACRE)
 Lino de Mattos — (SP)

COMISSÃO DE AGRICULTURA

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Ermírio
 Vice-Presidente: Júlio Leite

ARENA

SUPLENTE

TITULARES
 José Feliciano
 Ney Braga
 João Cleophas
 Teotônio Vilela
 Júlio Leite
 SUPLENTE
 Attilio Fontana
 Leandro Maciel
 Benedicto Valladares
 Adolpho Franco
 Sigefredo Pacheco

MDB

José Ermírio
 Márcio Martins
 Secretário: J. Ney Passos Dantas.
 Reuniões: Quartas-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

(11 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Milton Campos
 Vice-Presidente: Antonio Carlos

ARENA

SUPLENTE

TITULARES
 Milton Campos
 Antonio Carlos
 Aloysio de Carvalho
 Eurico Rezende
 Wilson Gonçalves
 Petrólio Portela
 Carlos Lindenberg
 Rui Palmeira
 SUPLENTE
 Vasconcellos Torres
 Daniel Krieger
 Benedicto Valladares
 Alvaro Maia
 Lobão da Silveira
 José Feliciano
 Menezes Pimentel
 Leandro Maciel

MDB

Antônio Balbino
 Bezerra Neto
 Josaphat Marinho
 Aarão Steinbruch
 Aurélio Vianna
 Mario Martins

Secretária: Maria Helena Bueno Brandão — Of. Legislativo — PL-5.
 Reuniões: quartas-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: João Abrahão
 Vice-Presidente: Eurico Rezende

ARENA

SUPLENTE

TITULARES
 José Feliciano
 Lobão da Silveira
 Petrólio Portela
 Eurico Rezende
 Attilio Fontana
 SUPLENTE
 Benedicto Valladares
 Adolpho Franco
 Arnon de Melo
 José Leite
 Mello Braga

MDB

João Abrahão
 Aurélio Vianna
 Secretário: Alexandre Mello.
 Reuniões: Terças-feiras às 16 horas.
 Adalberto Senna
 Lino de Mattos

COMISSÃO DE ECONOMIA

(9 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Carvalho Pinto

Vice-Presidente: Mário Martins

ARENA

SUPLENTE

TITULARES
 Carvalho Pinto
 Carlos Lindenberg
 Julio Leite
 Teotônio Vilela
 Domicio Gondim
 Leandro Maciel
 SUPLENTE
 José Leite
 João Cleophas
 Duarte Filho
 Sigefredo Pacheco
 Filinto Müller
 Paulo Torres

MDB

Mário Martins
 Pearl Ludovico
 Lino de Mattos
 José Ermírio
 Josaphat Marinho
 João Abrahão

Secretário: Carlos Rodrigues Costa

Reuniões: Quintas-feiras às 15,30 horas.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Menezes Pimentel

Vice-Presidente: Alvaro Maia

ARENA

SUPLENTE

TITULARES
 Menezes Pimentel
 Mem de Sá
 Alvaro Maia
 Duarte Filho
 Aloysio de Carvalho
 SUPLENTE
 Benedicto Valladares
 Antonio Carlos
 Sigefredo Pacheco
 Teotônio Vilela
 Petrólio Portela

MDB

Adalberto Senna
 Lino de Mattos
 Antonio Balbino
 Josaphat Marinho

Secretário: Carlos Rodrigues Costa
 Reuniões: Quartas-feiras às 15h 30m.

COMISSÃO DE FINANÇAS

(15 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Argemiro Figueiredo

Vice-Presidente: Paulo Sarasate

ARENA

SUPLENTE

TITULARES
 João Cleophas
 Mem de Sá
 José Leite
 Leandro Maciel
 Manoel Vilaca
 Clodomir Milet
 Adolpho Franco
 Sigefredo Pacheco
 Paulo Sarasate
 Carvalho Pinto
 Fernando Correa
 SUPLENTE
 Antonio Carlos
 José Guimard
 Daniel Krieger
 Petrólio Portela
 Attilio Fontana
 Julio Leite
 Mello Braga
 Carlos Lindenberg
 Celso Ramos
 Teotônio Vilela
 Rui Palmeira

MDB

Argemiro Figueiredo
 Bezerra Neto
 Oscar Passos
 Arthur Virgílio
 Josaphat Marinho
 José Ermírio
 Lino de Mattos
 Pessoa de Queiroz

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo.
 Reuniões: Quartas-feiras às 10h.

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Ney Braga

Vice-Presidente: Antônio Balbino

ARENA

SUPLENTE

TITULARES
 Ney Braga
 Attilio Fontana
 Adolpho Franco
 Domicio Gondim
 João Cleophas
 SUPLENTE
 Júlio Leite
 José Cândido
 Rui Palmeira
 Arnon de Melo
 Leandro Maciel

MDB

Antônio Balbino
 José Ermírio
 Secretária: Maria Helena Bueno Brandão — Of. Leg. PL-6.
 Reuniões: Quintas-feiras às 16 horas.
 Pessoa de Queiroz
 Pedro Ludovico

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL

(9 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Petronio Portela

Vice-Presidente: José Cândido

A R E N A

TITULARES

Petronio Portela
Domicio Gondim
Alvaro Maia
José Cândido
Mello Braga
Júlio Leite

SUPLENTE

Jose Guilomard
Jose Leite
Lobão da Silveira
Manoel Villaga
Celso Ramos
Duarte Filho

M D B

Aarão Steinbruch
Rui Carneiro
Arthur Virgílio

Bezerra Neto
Mario Martins
Adalberto Sena

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto

Reuniões: Terças-feiras às quinze horas.

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Josaphat Marinho

Vice-Presidente: Domicio Gondim

A R E N A

TITULARES

Domicio Gondim
Jose Leite
Celso Ramos
Paulo Torres
Carlos Lindenberg

SUPLENTE

Jose Benichane
Melo Braga
Jose Guilomard
Vasconcelos Torres
Rui Palmeira

M D B

Josaphat Marinho
José Ermírio

Aarão Steinbruch
Argemiro de Figueiredo

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto

Reuniões: Quartas-feiras, às quinze horas.

COMISSÃO DE POLICONO DAS SECAS

(4 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Rui Carneiro

Vice-Presidente: Duarte Filho

A R E N A

TITULARES

Rui Palmeira
Manoel Villaga
Clodomir Millet
Júlio Leite
Duarte Filho

SUPLENTE

Menezes Pimentel
Jose Leite
Domicio Gondim
Leandro Maciel
Petronio Portela

M D B

Rui Carneiro
Aurélio Vianna

Pessoa de Queiroz
Argemiro de Figueiredo

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto

Reuniões: Quinta-feiras às dezessete horas.

COMISSÃO DE PROJETOS DO EXECUTIVO

(9 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Wilson Gonçalves

Vice-Presidente: Carlos Lindenberg

A R E N A

TITULARES

Wilson Gonçalves
Paulo Torres
Antônio Carlos
Carlos Lindenberg
Mem de Sá
Eurico Rezende

SUPLENTE

Jose Feliciano
Daniel Krieger
Adolpho Franco
Rui Palmeira
Petronio Portela
Clodomir Millet

M D B

José Ermírio
Lino de Mattos
Josaphat Marinho

Antônio Balbino
Aurélio Vianna
Aarão Steinbruch

Secretário: Afrânio Cavalcanti Mello Junior

Reuniões: Quartas-feiras às 15 horas

COMISSÃO DE REDAÇÃO

(5 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Jose Feliciano

Vice-Presidente: Teotônio Villela

A R E N A

TITULARES

Teotônio Villela
Antonio Carlos
Jose Feliciano
Lobão da Silveira

SUPLENTE

Felinto Muller
Mem de Sá
Jose Leite
Jose Guilomard
Bezerra Neto

M D B

Secretário: Mário Nelson Duarte

Reuniões: Quintas-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES

(11 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Benedicto Valladares

Vice-Presidente: Pessoa de Queiroz

A R E N A

Benedicto Valladares
Felinto Muller
Aloysio de Carvalho
Antonio Carlos
Jose Cândido
Arnon de Melo
Mem de Sá
Rui Palmeira

Alvaro Maia
Fernando Corrêa
Celso Ramos
Wilson Gonçalves
Jose Guilomard
Jose Leite
Clodomir Millet
Menezes Pimentel

M D B

Pessoa de Queiroz
Aarão Steinbruch
Mario Martins

Pedro Ludovico
Aurélio Vianna
Argemiro Figueiredo

Secretário: J. B. Castejon Branco

Reuniões: Quartas-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DE SAÚDE

(5 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Sigefredo Pacheco

Vice-Presidente: Manoel Villaga

A R E N A

TITULARES

Sigefredo Pacheco
Duarte Filho
Fernando Corêa
Manoel Villaga

SUPLENTE

Júlio Leite
Clodomir Millet
Ney Braga
José Cândido

M D B

Pedro Ludovico

Adalberto Sena

Secretário: Alexandre Mallo

Reuniões: Terças-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Paulo Torres

Vice-Presidente: Oscar Passos

A R E N A

TITULARES

Paulo Torres
Jose Guilomard
Sigefredo Pacheco
Ney Braga
Jose Cândido

SUPLENTE

Antônio Fontana
Adolpho Franco
Manoel Villaga
Mello Braga
Júlio Leite

M D B

Oscar Passos
Mario Martins

Adalberto Sena
Pedro Ludovico

Secretária: Carmelita de Souza

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas.

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL**COMPOSIÇÃO**

(7 membros)

Presidente: Vasconcelos Torres
Vice-Presidente: Arnon de Mello**A R E N A****TITULARES**Vasconcellos Torres
Carlos Lindenberg
Arnon de Mello
Paulo Torres
José Gulomard**SUPLENTE**José Feliciano
Antonio Carlos
Manoel Villaga
Menezes Pimenta
Celso Ramos**M D B**Arthur Virgílio
Adalberto SenaLino de Mattos
Aarão Steinbruch

Secretário: J. Ney Passos Dantas

Reuniões: Terças-feiras, às 15:00 horas.

**COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES
E OBRAS PÚBLICAS**

(5 membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: José Leite
Vice-Presidente: Lino de Mattos**A R E N A****TITULARES**José Leite
Celso Ramos
Arnon de Mello
Atílio Fontana**SUPLENTE**José Gulomard
Petronio Portela
Domício Gondin
Carlos Lindenberg**M D B**

Lino de Mattos

Arthur Virgílio

Secretária: Carmelita de Souza

Reuniões: Quintas-feiras, às 16:00 horas.

COMISSÃO DE VALORIZAÇÃO DA AMAZÔNIA

(5 membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: José Gulomard
Vice-Presidente: Clodomir Milet**A R E N A****TITULARES**José Gulomard
Fernando Corrêa
Clodomir Milet
Alvaro Maia**SUPLENTE**Lobão da Silveira
José Feliciano
Filinto Müller
Siegfredo Pacheco**M D B**

Adalberto Sena

Oscar Passos

Secretário: Alexandre Mello

Reuniões: Terças-feiras, às 15:00 horas.